

# Territoria **e Identidades** Capixabas **lidades**

*Guia para estudos transversais  
em História do Espírito Santo*

Luiz Cláudio M. Ribeiro | Alyne dos Santos Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo  
Secretaria de Ensino a Distância

**Oratória, Transversalidade e Didática da Fala**  
Especialização

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Ensino a Distância

# Territoria e Identidades Capixabas

*Guia para estudos transversais  
em História do Espírito Santo*

# lidades

Luiz Cláudio M. Ribeiro | Alyne dos Santos Gonçalves

UFES – Vitória

2017

**Presidente da República**

Michel Temer

**Ministro da Educação**

José Mendonça Bezerra Filho

**Diretoria de Educação a Distância****DED/CAPES/MEC**

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

**Secretária de Ensino a Distância – SEAD**

Maria José Campos Rodrigues

**Diretor Acadêmico – SEAD**

Júlio Francelino Ferreira Filho

**Coordenadora UAB da UFES**

Maria José Campos Rodrigues

**Coordenador Adjunto UAB da UFES**

Júlio Francelino Ferreira Filho

**Coordenador do Curso de Especialização em  
Oratória, Transversalidade e Didática da Fala**

Carlos Vinícius Costa de Mendonça

**Revisora de Linguagem**

Lena Almeida

**Designer Educacional**

Erika Rangel Curra

**Design Gráfico**

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

**SEAD**

Av. Fernando Ferrari, nº 514

CEP 29075-910, Goiabeiras

Vitória – ES

(27) 4009-2208

**Laboratório de Design Instrucional (LDI)****Gerência**

Coordenação:

Letícia Pedruzzi Fonseca

Equipe:

Fabiana Firme

Luiza Avelar

**Diagramação**

Coordenação:

Thaís André Imbroisi

Equipe:

Débora Ferreira de Oliveira

**Ilustração**

Coordenação:

Priscilla Garone

Equipe:

Ramon Wardry

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)  
Bibliotecária: Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi – CRB-6/ES-43

---

R484t

Ribeiro, Luiz Cláudio M.

Territorialidades e identidades capixabas [recurso eletrônico] : guia para estudos transversais em História do Espírito Santo / Luiz Cláudio M. Ribeiro, Alyne dos Santos Gonçalves. - Dados eletrônicos. - 1. ed. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017. 74 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-5458-003-2

Modo de acesso: <Disponível no ambiente virtual de aprendizagem – Plataforma Moodle AVA>

1. História - Estudo e ensino - Espírito Santo (Estado). 2. Cultura - Aspectos sociais. 3. Identidade social - Espírito Santo (Estado). 4. Território nacional - Espírito Santo (Estado). I. Gonçalves, Alyne dos Santos. I. Título.

CDU:37.02:93

---



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.



# Sumário

---

---



# Territorialidades e Identidades Capixabas

Luiz Cláudio M. Ribeiro e Alyne dos Santos Gonçalves

## SEMANA 1 • MÓDULO 1

### A Transversalidade no Ensino da História: perspectivas e desafios para a História do Espírito Santo

#### ATIVIDADES

##### SUB-TEMAS

- Problematização do ensino de História Regional do Espírito Santo;
- Crítica às grandes sínteses narrativas;
- Transversalidade e formação de cidadãos críticos.
- Eixo temático: Natureza, Territorialidade e Sociedade.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Conhecer o eixo temático da disciplina;
2. Compreender as limitações e problemas teóricos, metodológicos e didáticos da história dita tradicional.
3. Compreender a definição de transversalidade e seu potencial teórico, metodológico e didático.

##### ATIVIDADE TEÓRICA

Leitura do texto-base.

##### LEITURA COMPLEMENTAR

CASTRO, Maria Inês Malta; RESENDE, Tayene. Meio Ambiente e Transversalidade no ensino de História. Revista Universitas FACE. Vol. 3, nº 2, 2006. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/113>

##### ATIVIDADE PRÁTICA

Assista ao vídeo A Terra Ensina, de Ricardo Sá. Disponível em <https://vimeo.com/215184466>

Assista ao vídeo Um Rio Chamado WATU, de Ricardo Sá. Disponível em <https://vimeo.com/207554868>

# Territorialidades e Identidades Capixabas

Luiz Cláudio M. Ribeiro e Alyne dos Santos Gonçalves

## SEMANA 2 • MÓDULO 2

# Apropriação Territorial e da Conformação das Identidades no Espírito Santo: uma Leitura Transversal

## ATIVIDADES

### SUB-TEMAS

- Identidades capixabas: pluralidade étnico-cultural e os conflitos pela apropriação territorial;
- Possibilidades e desafios da Mata Atlântica.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Discutir as diferentes formas de apropriação territorial;
2. Discutir as diferentes formas de apropriação territorial;
3. Compreender a definição de transversalidade e seu potencial teórico, metodológico e didático.
4. Compreender a relação identidade/territorialidade.

### ATIVIDADE TEÓRICA

Leitura do texto-base.

### LEITURA COMPLEMENTAR

CASTRO, Maria Inês Malta; RESENDE, Tayene. Meio Ambiente e Transversalidade no ensino de História. Revista Universitas FACE. Vol. 3, nº 2, 2006. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/113>

### ATIVIDADE PRÁTICA

Assista ao vídeo: Os quilombolas do Angelim (de Ricardo Sá). Disponível em <https://vimeo.com/209465946>

# Territorialidades e Identidades Capixabas

Luiz Cláudio M. Ribeiro e Alyne dos Santos Gonçalves

## SEMANA 3 • MÓDULO 3

### Território e Identidades: Relações Interétnicas no Espírito Santo Portugêses

#### ATIVIDADES

##### SUB-TEMAS

- Violência e aculturação: epidemias, “guerras justas” e catequese;
- “Ideologias geográficas”: os “vazios demográficos”;
- Alteridade construída: os “bárbaros” Botocudos;
- Cooperação utilitária entre índios e colonos.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Discutir as diferentes formas de interação sociocultural entre nativos e colonos no ES colonial e imperial;
2. Problematizar a hegemonia do ideário colonizador (“civilização”) versus diversidade etnicocultural.

##### ATIVIDADE TEÓRICA

Leitura do texto-base.

##### LEITURA COMPLEMENTAR

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). *Dimensões – Revista de História da Ufes*, vol. 9, 1999, pp. 99-123. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2307>

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, vol. 17, 2005, pp. 47-68. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2422>

##### ATIVIDADE PRÁTICA

Assista ao vídeo: Krenak: nosso nome é Burum. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K5YuuQrCMNs>

# Territorialidades e Identidades Capixabas

Luiz Cláudio M. Ribeiro e Alyne dos Santos Gonçalves

## SEMANA 4 • MÓDULO 4

**Imigração e Mestiçagens:** representações espaciais na conformação do capitalismo agrário e urbano ou a modernização conservadora no Espírito Santo

### ATIVIDADES

#### SUB-TEMAS

- Composição heterogênea dos colonos europeus;
- O processo de mestiçagem;
- Diversidade e identidades no Espírito Santo contemporâneo: as migrações internas

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Problematizar a imigração do colonizador europeu como vetor da mestiçagem;
2. Superar a ideia de que a modernização capixaba está vinculada, exclusivamente, à imigração ítalo-alemã.
3. Instrumentalizar o professor para identificar/valorizar a diversidade etnicocultural presente na sua clientela escolar.

#### ATIVIDADE TEÓRICA

Leitura do texto-base.

#### LEITURA COMPLEMENTAR

SALETTO, Nara. Sobre a Composição Étnica da População Capixaba. Revista Dimensões, vol. 11, 2000, pp. 99-109. Disponível em <http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2329/1825>

#### ATIVIDADE PRÁTICA

Assistir ao vídeo Era Assim Naquela Época, de Ricardo Sá. Disponível em <https://vimeo.com/88563624>



# Territorialidades e Identidades Capixabas

Luiz Cláudio M. Ribeiro e Alyne dos Santos Gonçalves

## SEMANA 5 • MÓDULO 5

### Ideologias e projetos de “desenvolvimento”: da lama ao caos

#### ATIVIDADES

##### SUB-TEMAS

- As empresas-polvo no cenário socioeconômico capixaba;
- Crescimento econômico x desenvolvimento socioambiental;
- A perpetuação do modelo econômico de crescimento x os limites ambientais.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender as perdas e danos socioculturais e ambientais do processo urbano-industrial do ES;
2. Compreender o processo de homogeneização das paisagens e das culturas decorrente do modelo de crescimento econômico adotado no ES.

##### ATIVIDADE TEÓRICA

Leitura do texto-base.

##### LEITURA COMPLEMENTAR

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. Revista Ágora, Vitória, n.3, 2006, p. 1-32. Disponível em: <https://goo.gl/UcdXNz>

##### ATIVIDADE PRÁTICA

Assista ao vídeo Nem um Poço a Mais!, de Ricardo Sá. Disponível em <https://vimeo.com/193913869>

Assista ao vídeo Enquanto Houver Fantasia, de Ricardo Sá. Disponível em <https://vimeo.com/210742976>

## De disciplina a livro, em ambiente virtual, à guisa de manual de uso prático

Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço (MORAES, 1988: 15–16).

Este livro tem por objetivo discutir alguns dos cinco temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecidos pelo Ministério da Educação em 1998, e propor que o debate nele contido favoreça o trabalho de professores e outros profissionais de formação de ensino em história regional do Espírito Santo e de capacitação profissional dos processos socioculturais e político-econômicos ocorridos no espaço regional historicamente construído do Espírito Santo, no contexto da história do Brasil.

A proposta didático-pedagógica concentra-se em discutir a relação **Natureza, Territorialidade e Sociedade**, de modo a trazer o foco para a pluralidade cultural e para o meio ambiente por meio de uma reflexão crítica diferenciada, construída mediante debate sob a ótica privilegiada da história regional, da história cultural e da história ambiental. Essa é a formulação que chamamos *história*, para os efeitos deste livro. De acordo com Castro e Resende (2006: 8)

Os temas transversais têm o objetivo de ultrapassar a fragmentação dos conteúdos e das disciplinas, prevendo um trabalho cujo conhecimento seja construído em função da realidade brasileira, ou seja, por meio da discussão de questões presentes no cotidiano dos alunos, a fim de evitar o distanciamento entre o conhecimento apresentado pelos professores e a expectativa e a necessidade dos discentes. Enfim, visam a possibilitar reflexão crítica sobre os fatos, tanto do passado como do presente.

O desafio deste livro/manual é, pois, valer-se da abordagem analítica da transversalidade para construir um instrumental teórico-metodológico à disposição do professor, que lhe permita conduzir seus alunos em um *mergulho transversal* na problemática do território local/regional capixaba, sob perspectiva não-linear. A proposta considera o desafio da articulação de novos conhecimentos vindos da pesquisa acadêmica de diversas áreas de investigação universitária e, por mediação da Internet para a formação e o ensino à distância, propor a utilização pedagógica da análise historiográfica em ambientes presenciais ou virtuais. O conteúdo sugerido nos textos é retirado da observação crítica da sociedade capixaba, com referência nos seus dilemas atuais. Nesse sentido, o que aqui se propõe envolve ainda

inúmeras considerações de uma *história do tempo presente*, no sentido de que esses dilemas e questões permanecem em curso!

A proposta–ferramenta contida neste trabalho aplica os parâmetros das diretrizes federais sob a ótica da **sustentabilidade do espaço** e das **formações humanas** que partilharam e partilham historicamente o mesmo território, memórias e referências coletivas. A complexidade que envolve a análise dos elementos abordados impelle, por força própria, uma reunião de conhecimentos de diversas origens e extrapola os limites normalmente estabelecidos no campo da história; avança e dialoga com formulações e contribuições vindas da geografia humana, da biologia, da psicologia, das tecnologias da informação, dos saberes tradicionais, do efeito dos *mass media* etc.

A inserção dos temas transversais deve ser considerada nesse contexto de questionamento aos procedimentos escolares. Alterar a compreensão de que a disciplina não é um fim em si mesma, mas um meio para chegar a outros objetivos, refletindo e atuando na educação de valores e atitudes dos alunos e cidadãos, é condição fundamental para a renovação do ensino. Deve-se abandonar a visão do conhecimento específico da disciplina, sem abrir mão dos repertórios e recursos de cada área de conhecimento, e, ao mesmo tempo, incorporar o papel de formação exercido pelo educador, tratando de temas e questões que ultrapassam o conteúdo programático, por meio dos temas transversais. A busca da compreensão da realidade e a efetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a escola passe a

ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento (...) (NETO, 2007: 66).

Um dos principais objetivos do processo educativo, considerado neste livro, é o reconhecimento do aluno/cidadão como um sujeito que é parte ativa da sociedade, um elemento integrante de uma comunidade específica, que compartilha valores, tradições, visões de mundo etc. Por isso mesmo, a narrativa histórica pode ser utilizada como um *meio* de trazer à consciência essas experiências, as quais não aparecem, na maioria das vezes, de maneira clara e explícita, mas como elementos subsumidos à prática social, à realidade cotidiana, à maneira como o grupo efetivamente trabalha, constrói suas moradias, alimenta os filhos, modifica o espaço em que vive...

Assim, incorporamos importantes contribuições advindas da Geografia Crítica e da História Ambiental, cujos aportes teóricos e metodológicos, ambos desenvolvidos a partir da década de 1970, permitem-nos refletir sobre o processo de formação de identidades e representações sociais com ancoragem no espaço socialmente construído e no *ambiente natural*.

Na abordagem da Geografia Crítica, temos a valorização da configuração espacial, isto é, de apropriação social do espaço na conformação de paisagens e territórios específicos, mediante disputas pela forma com que ele será produzido e organizado. Em outras palavras, a construção de “projetos de nação” passa, necessariamente, por “ideologias geográficas” – vale dizer, pelos discursos sobre as qualidades, características, “funções” ou “aptidões” dos diferentes locais, a fim de orientar, construir, destruir ou reconstruir formas determinadas de repartição locacional, de estabelecimento de fronteiras, de usos do

solo etc. Nesses discursos estão presentes intencionalidades, valores e visões de mundo dos grupos sociais que participam do processo de organização espacial. Na difusão e assimilação dos mesmos, é possível rastrear a conflituosa construção das identidades locais/regionais.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nesse. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política (MORAES, 1988: 44).

“Território a conquistar”, “nação a ser construída”, “vazios demográficos” a serem ocupados, imensos “sertões” e “áreas proibidas” a serem modernizadas e integradas à cultura nacional... Essas imagens poderosas guiaram tanto o processo de colonização como o de industrialização e urbanização brasileiras, servindo de justificativas para antigas e atualizadas modalidades de “guerra justa” – fosse contra populações ditas “tradicionais”, fosse contra os “empecilhos” oferecidos pela natureza primitiva.

A imagem da terra a ocupar é bastante cara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo. A visão do “espaço a se ganhar” é recorrente, do colonizador lusitano que se defronta com uma natureza estranha ao fazendeiro paulista que “conquista” as terras de Oeste (MORAES, 1988: 98).

Por seu turno, a história ambiental propõe uma outra abordagem à perspectiva histórica tradicional – chamada por Pádua (2010) de “enfoque flutuante”, tanto do ponto de vista das análises materialistas (ou da “antropologia da barriga”) como sob a ótica culturalista (ou da “antropologia do pensamento”) –, no sentido de incorporar os elementos biofísicos e o ambiente exterior ao homem, às análises econômicas, políticas e culturais dos processos históricos, a fim de superar a falsa dicotomia entre homem e natureza ainda presente em grande parte da historiografia brasileira.

É no emergir de um campo do conhecimento específico dentre essas diversas disciplinas que situamos nossas fontes e a nossa análise da formação do “território” capixaba; sua teia narrativa forma-se no tecido social que o contraste dos tempos revela como história no/do Espírito Santo, uma região de intensas trocas genéticas e trânsitos culturais em qualquer tempo. Por isso, o *manual* que oferecemos aos professores de História e de tantas outras disciplinas que com ela *conversam* destina-se a demonstrar como “pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (PÁDUA, 2010: 91–92), vale dizer, incorporando



as características e necessidades desse ser biológico, animal primata que vive em um mundo material exterior e anterior a ele, mas que, ao se apropriar da natureza, o faz por meio da linguagem, do trabalho social, dos mecanismos de cognição – enfim, da cultura. Afinal, é nessa história que apostamos!

Este livro é resultado dos textos que escrevemos para embasarem as videoaulas dos cinco módulos da disciplina *Territorialidade, Identidades e o Desafio da Transversalidade nas Representações Culturais e Sociais Capixabas*, oferecido pela Secretaria de Ensino à Distância da UFES no curso de pós-graduação *Oratória, Transversalidade e Didática da Fala* em ambiente virtual. O sumário segue a estrutura dos módulos apresentada naquele curso, cada um com o seu texto correspondente. Cada texto/aula é complementado/a com atividades teóricas (textos) e práticas (filmes videodocumentários) produzidas/os por autores diversos, disponíveis na rede mundial de computadores, para que o aluno/professor usuário amplie o conjunto de informações que oferecemos nas videoaulas e prossiga no aprofundamento transversal na temática discutida para, enfim, concluir a formação ao passar à fase de desenvolvimento de atividades avaliativas. Para melhor orientação do método de estudo, construímos um **Mapa de Atividades** com as unidades, subunidades, objetivos e atividades de cada módulo/aula, à guisa de roteiro que poderá ser ampliado, ao critério do usuário desta obra.

Cumprimos, dessa maneira, com a UFES e com a UAB, a missão que nos é dada da produção e difusão de métodos e processos didáticos para o fortalecimento do ensino e aprendizagem dos conteúdos das ciências, em abordagem transversal, prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Como autores capixabas, é nossa maior

expectativa que o *manual* caia em mãos operativas e cabeças críticas e desejosas de praticar uma didática diferenciada do ensino da história; cabeças e mãos de pessoas participativas e desejosas da construção de uma nova historiografia do Espírito Santo!

## 1

## A Transversalidade no Ensino da História: perspectivas e desafios para a História do Espírito Santo

A tarefa primeira de todas as sociedades humanas consiste em transformar o mundo em que vivem, a fim de extrair dele os recursos necessários para sua sobrevivência. Essa tarefa implica, por sua vez, no emprego de técnicas, instrumentos e conhecimentos, socialmente desenvolvidos, para possibilitar a satisfação das necessidades humanas quanto à alimentação, abrigo, higiene etc. Durante o processo de apreensão do mundo natural por meio da cultura, as sociedades vão criando *representações coletivas* sobre ele, ou seja, artefatos mentais a funcionar como mediadores entre aquilo que existe em sentido primário – *natural* — independentemente do nosso arbítrio, e nosso ser.

No acontecer da vida social, na vida vivida que a história procura imperfeitamente reconstruir, todos esses elementos se encontram profundamente unidos e mesclados na experiência coletiva. Uma via teórica fascinante, na busca por leituras menos dualistas, se abre quando a ecologia da auto-organização afirma que a tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir da sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos. Em primeiro lugar, os humanos não constroem seu mundo apenas por meio do pensamento, mas também por meio do corpo e do conjunto do organismo. O conjunto do

organismo está presente na construção da subjetividade. Em segundo lugar, algo semelhante pode ser dito de todos os seres vivos, pelo menos a partir de certo nível de complexidade. (PÁDUA, 2010: 93–94).

### Prossegue o autor:

Todos esses seres constroem o seu mundo a partir da experiência, envolvendo organismo e percepção, mesmo que o domínio da linguagem e da cultura, com a amplitude e as características sintéticas observadas no ser humano, não esteja presente. [...] O fio da navalha teórico, no caso das ciências sociais, está no reconhecimento dessa pluralidade de dimensões naturais e culturais que, de alguma forma, se resolvem e encontram seu sentido na prática coletiva dos seres humanos. A insistência no dualismo falha em compreender as nuances de um movimento altamente dinâmico. As pesquisas de campo e as transformações sociais contemporâneas convergem no sentido da busca de teorizações mais abertas. Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”. Ao mesmo tempo, nota-se a forte diversidade das formas

de percepção cultural do mundo biofísico e de sua relação com a vida humana, seja em sentido diacrônico, seja em sincrônico (PÁDUA, 2010: 93–94).

É, pois, na relação entre sociedade e meio, no processo dialético e interdependente entre ambos os elementos, que vamos buscar compreender a conformação das identidades capixabas. A pluralidade dessa expressão está relacionada, por um lado, às diferentes etnias que se estabeleceram, ao longo dos séculos, no território do Espírito Santo e, por outro, às maneiras diversas como esses grupos sociais se apropriaram do espaço geográfico disponível, transformando-o de acordo com suas visões de mundo, interesses e projetos socioeconômicos, e sendo por ele transformados.

O conceito de identidade está ligado ao *sentimento de pertença* do indivíduo a determinados grupos sociais, tanto quanto a um sentido de *alteridade*, que percebe os elementos distintivos de grupos alheios aos seus como referenciais a demarcar suas próprias características e singularidades. Esse é um processo *dinâmico* e permanente de construção, no qual a identidade de um indivíduo ou de um grupo não é uma coisa, dada de uma vez por todas, mas um conjunto de percepções, representações, modos de ser e de sentir que articulam permanências e transformações, a depender da constância e/ou mudança ocorridas em seus referenciais (a paisagem, a leitura sobre o passado, os valores etc.).

Por seu turno, o sentimento de pertencimento também está vinculado a um *lugar* – ou a determinados lugares – e é desenvolvido ao longo do tempo, das experiências que se desenrolam nas interações sociais ocorridas nesses espaços familiares – a exemplo das reuniões de família no recesso do lar; do encontro com os amigos

na praia, no cinema, no bar; da congregação no templo religioso com a comunidade local de fiéis. Há, por conseguinte, uma forte ligação com o lugar onde esses grupos se encontram, o espaço onde se relacionam – a casa, a escola, a igreja, o campo de futebol, a praia, a praça, o bairro, a cidade, o município, o país... Daí a relação entre tempo e lugar em que se vivem experiências coletivas, e que demonstram a relação entre História e Geografia, para a abordagem transversal das representações territoriais e identitárias capixabas – ou, de certo modo, as diferentes formas de apropriação do espaço e da constituição dos sujeitos “capixabas”.



A estreita relação entre a História e a Geografia deve, portanto, ser melhor explorada, a fim de aproximarmos as análises espaço-temporais do cotidiano dos alunos e alunas. O ensino de história do Espírito Santo tem passado por transformações em suas perspectivas de análise. As razões para tanto estão na mudança que a História atravessa, a começar pelo abandono das grandes sínteses narrativas que contemplavam o tempo-espaço numa trajetória de 500 anos, partindo do início da colonização até os nossos dias. O problema desse tipo de

narrativa é a relação que faz de fatos e processos ocorridos no Espírito Santo com a história do Brasil em geral, numa trajetória temporal linear, sem valorizar o que há de peculiar para a “história capixaba”.

A exemplo do que se fala em história do Brasil sobre o período colonial, as narrativas mais tradicionais fazem uma síntese com a sequência de fatos e acontecimentos que tratam da formação “da Nação” de uma maneira muito negativa sobre a administração portuguesa. O problema desse tipo de história é que ela generalizou a análise a alguns lugares de poder no Brasil (Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco etc.) e passou a ideia de que o espaço colonial brasileiro era homogêneo e caótico. De acordo com o historiador Caio Prado Jr. (*apud* SOUZA, 2009: 69):

[...] tudo isso [...] não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial. E com toda aquela complexidade e variedade de órgãos e funções, não há, pode-se dizer, nenhuma especialização. Todos eles abrangem o conjunto dos negócios relativos a determinado setor, confundindo assuntos os mais variados e que as mesmas pessoas não podiam por natureza exercer com eficiência.

Nessa forma de interpretação, o Brasil não passava de uma imensa colônia de *plantation* – a grande unidade monocultora, que produzira principalmente para exportação a partir do trabalho de escravos africanos – e contava ainda com uma população tribal ameaçadora a ser *domada* com catecismo e trabalho, além de ter um conjunto social mestiço que pouca contribuição teria trazido à formação intelectual e cultural do país. Por outro lado, a perspectiva de espaço decorrente do modelo da *plantation* confere atenção quase exclusiva às relações comerciais bilaterais entre Colônia e Metrópole, como se as linhas de comunicação e interação entre as diferentes unidades coloniais inexistissem ou, na melhor das hipóteses, fossem irrelevantes para explicar a América portuguesa. Além de *invisibilizar* a diversidade econômica, social e cultural brasileira, essa operação teórica e metodológica de homogeneização espaço-temporal — graficamente representada por alguns geógrafos e economistas pelo modelo “espaço-arquipélago”<sup>1</sup> — reduz a realidade colonial ao litoral nordestino açucareiro ou, a partir de meados do XIX, ao sudeste cafeeiro.

<sup>1</sup>Neste modelo “[...] existem dois grandes polos: de um lado, uma grande massa partilhada por pontos menores pode ser esquematizável como um conjunto de ilhas que reportam, cada uma delas, a um ponto maior e central no continente, o qual constitui o outro polo da representação espacial. O mar que cerca cada ilha – e que ao mesmo tempo as separa uma da outra e as une em um destino comum – desautoriza a formação de uma rede de trocas e de comunicação entre elas” (BARROS, 2017: 181).





Nas palavras de José D' Assunção Barros (2017: 182):

Ao priorizar a *plantation* – unidade de produção e trabalho que se torna nuclear para as relações exportadoras – o modelo praticamente mergulha na sombra ou penumbra as demais formas produtivas, inclusive aquelas que são muito específicas de certas áreas internas. É importante lembrar ainda que a imagem do “espaço-arquipélago”, e sua rejeição crítica, tanto pode ser empregada para chamar atenção para as análises que isolam as pequenas regiões umas das outras (as diferentes porções do espaço que nomeamos como regiões ou localidades), como também pode ser evocada com frequência à separação radical de uma economia em esferas funcionais que não se comunicam (a agricultura do café ou do açúcar, a extração mineral, o extrativismo vegetal, e assim por diante).

Ainda em relação ao período colonial, uma nova historiografia surgida a partir dos anos 60 na Europa e nos EUA tem recorrido a outros conjuntos de fontes – muitas de natureza local, e de todos os espaços ultramarinos – e vários estudos derrubaram a tese do governo absolutista português de que havia uma sociedade meramente formada por *colonos portugueses, escravos negros e índios colonizados* nas capitânicas do Brasil. Através do uso de fontes produzidas nesses espaços, os historiadores perceberam que a Colônia brasileira estava inserida num universo bem mais amplo do que as relações com a administração da Coroa portuguesa. Tratava-se da extensão do Império português desde a África (Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Goa, Macau etc.), Açores, Cabo Verde e Madeira, e todas as capitânicas e terras a conquistar no interior do Brasil, além da própria metrópole e suas disputas com a Espanha, com diferentes formas de governança e organização social. Segundo Bicalho (2010: 344),

A dicotomia colônia *versus* metrópole então opunha de forma bipolarizada *colonizador* e *colonizado*, não permitindo praticamente nenhum espaço para consideração da iniciativa e criatividade dos indivíduos, que deixaram sua terra natal para viver em terras distantes, por vezes inóspitas, recém-incorporadas aos impérios na Época Moderna.



Esse modelo de organização política e administrativa, tratado por essa corrente da historiografia por *monarquia polissinodal*, era composto por diversos corpos de governo com autonomia de funcionamento, tais como conselhos, tribunais, juntas etc., que formavam tanto o governo da “Casa Real”, isto é, a governança da pessoa do rei e sua família e dos bens da Coroa, quanto a administração política e econômica de Portugal e do ultramar. Maria Fernanda Bicalho (2010: 345) assim resume o conceito:

Há muito que os historiadores, ao se dedicarem à análise da cultura política e da tomada de decisões das monarquias ibéricas dos tempos modernos, admitem que não existia uma única instância normativa, e sim uma pluralidade de espaços de decisão, um aglomerado heterogêneo de corpos, corporações, estados que se constituíam em polos

de poder com relativa autonomia entre si, cada um dotado de um campo de ação ou jurisdição.

Parte desses corpos políticos estava no Ultramar. Assim, nas capitanias o governo cabia aos donatários, quando houvesse, e às câmaras municipais que representavam os moradores das vilas, além de estarem submetidas ao governo-geral, ao poder Eclesiástico e ordens religiosas e ao Tribunal da Relação. Todos esses corpos políticos tinham, como *cabeça do reino*, a centralidade majestosa de El Rey – o que não significa que centralizava o poder em suas mãos – a quem cabia exercer a justiça! Seguindo a mesma autora:

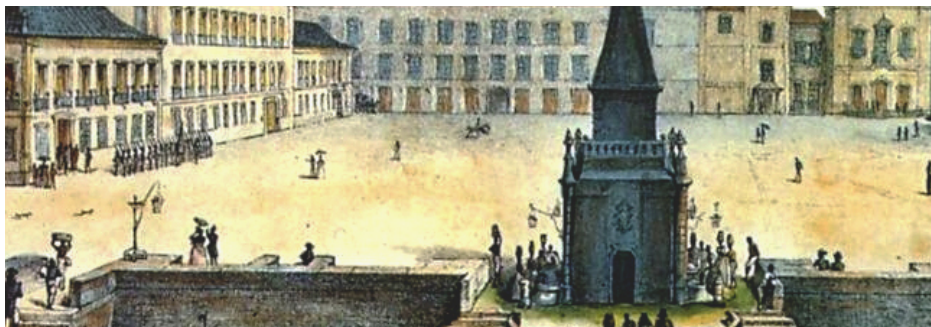
Ao contrário, a compreensão da função do rei como *cabeça do reino* aponta para uma concepção limitada do poder régio, segundo a qual ele representa simbolicamente o todo e a hierarquia do corpo social, não podendo, no entanto, substituir suas distintas funções. De acordo com essa concepção, longe de sua concentração total na figura do rei, o poder era por natureza repartido. Essa partilha traduzia-se na autonomia político-jurídica dos corpos e estados constituintes da sociedade, dos magistrados e das instituições, o que conferia às monarquias ibéricas uma experiência política plural e policêntrica (BICALHO, 2010: 345).

Para administrar todos estes espaços e populações diferentes e, ao mesmo tempo, avançar com a conquista dos territórios, foram criados diversos organismos de fazenda, justiça e aconselhamento do monarca. Tais instituições praticavam a *grande política* da Coroa: produziam a

legislação, os regimentos e tratavam da distribuição de mercês e benefícios. Assim era concebida a oferta de serviços na guerra e na administração dos espaços ultramarinos para a grandeza da Coroa. O interesse em mercês também acionava a participação nos cargos da governança e o acesso às câmaras municipais, entendidos como instrumentos de equilíbrio face ao governo-geral na Bahia e ao próprio Rei. Sobre a competência das câmaras, Isabelle Mello (2010: 44) afirma que

[...] cabia garantir o bem-estar da república; era responsável por fiscalizar o abastecimento da cidade, preços e qualidade de produtos e gêneros, interferir no comércio, transporte e taxação de produtos. Na prática, era na Câmara que se discutia e se decidia matérias sobre o governo econômico da capitania. Assim, a elite local, essas famílias poderosas, se viam como “um grupo com o privilégio de exercer o mando sobre a república”, o que incluiria o monopólio dos cargos camaristas.

Desse modo, o Brasil do Antigo Regime deixou de ser pensado como território único de Portugal e passou a ser tratado como um conjunto



de “partes”, que eram as capitanias, todas governadas pelo mesmo rei, mas que viviam realidades diferentes quanto à sua propriedade (da coroa ou de donatários particulares), constituição étnica, administração local, comércio e organização da vida social, política e cultural.

Na fase pós-Independência a historiografia em formação construiu uma identidade para a nova nação brasileira e colaborou para a fixação dos *lugares de poder* — a corte no Rio de Janeiro e a região até a cidade de São Paulo, onde vivia a corte e a maior parte da aristocracia. Ou seja, o território dominado pelos paulistas até meados do século XVIII passava, no século seguinte, à dominação dos barões do café.

Para legitimar a fundação do Estado e o governo do Império nossa nascente historiografia realçou a força militar do Império sobre as províncias e grupos descontentes com a centralização imposta pelo poder monárquico. Além disso, a historiografia projetou os aspectos econômicos em “ciclos” de produção. Esses “ciclos” começaram com o pau-brasil, depois açúcar, depois ouro e foi até o ciclo da cafeicultura, beneficiada pela chegada de milhares de imigrantes europeus que vinham “fazer a América”. O problema dessa conceituação é o de não deixar ver que as várias atividades econômicas se desenvolviam mutuamente, nas diversas partes da colônia, sendo que algumas eram



de subsistência e não para exportação. Mas isso não diminui a sua importância. Assim, temos também de valorizar atividades como a pesca, o plantio da mandioca, do milho, do algodão e a produção da farinha, do fubá e o fabrico dos tecidos, atividades como a carpintaria e as construções civis, a marcenaria e o uso das madeiras nativas para consumo interno, a construção de barcos e as atividades de comércio, em suma, uma infinidade de funções e profissionais intimamente ligadas à vida coletiva.

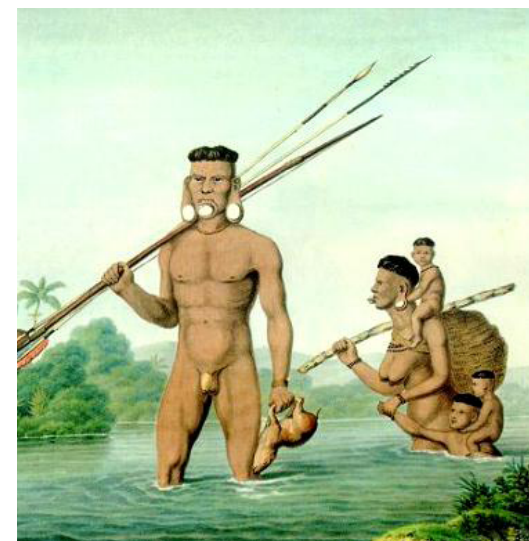
Da mesma maneira, uma visão mais ampla das atividades econômicas desvendará os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, e não apenas uma percepção machista cuja valoração está sempre voltada ao universo masculino, sem se dar conta de que as mulheres participavam ativamente do processo social, não apenas cumprindo papéis do universo doméstico, mas atuando ainda em atividades produtivas como as culturas de subsistência, na agroindústria, no pequeno comércio urbano, nas rezas e benzimentos, como parteiras e enfermeiras, na defesa militar contra invasões, na organização cultural e de festas comemorativas, enfim, não é difícil encontrar a presença feminina em quase todas as instâncias da vida social.

Enquanto isso, perdurava por mais algumas décadas a escravidão dos africanos e seus descendentes. De fato, uma composição social diversa e única, mas que ainda está por ser investigada a fundo, nos limites de uma história social “vinda de baixo”. Ou seja, a história era também sempre narrada do ponto de vista dos atos administrativos e em uma linha cronológica, através de grandes sínteses que não davam conta do particular, dos aspectos sociais e culturais das províncias e seus lugares, das diversas formas de organização política dos espaços públicos e privados.

Entretanto, quando pensamos o território em que se formou o Espírito Santo, precisamos atentar não apenas para a sua dimensão espacial, como também o “(...) território definido, em primeiro lugar, pela ‘consciência’ ou pelo ‘valor’ territorial, no sentido simbólico” (HAESBAERT, 2010: 42).

Daí a necessidade de não ficarmos apenas limitados à documentação oficial sobre o processo da ocupação do território capixaba, uma vez que ela expressa, no mais das vezes, os atos administrativos e as intenções políticas do referido processo. Mas o que será que essas fontes revelam sobre as idas e vindas, os fluxos e refluxos, as disputas e contendas engendradas no tempo de duração dessa ocupação? É esse o caso da abertura do rio Doce, para povoamento e navegação, uma iniciativa do Governador Silva Pontes de estabelecer, em 1800, a ligação entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. Ao mesmo tempo, essa efetivação da apropriação do território ao norte do Doce mostrou-se ineficaz no curto e no médio prazos, dadas as condições físicas do rio Doce e, sobretudo, à presença de tribos aimorés refratárias ao processo colonizador. Tratava-se, pois, de medida administrativa com intencionalidade política que não se consolidou perante os desafios/empecilhos colocados pela realidade ambiental e social àquela iniciativa (SANTOS, 2002, 2005; MOREIRA, 1999; WIED-NEUWIED, 1989).

Por isso, quando estudamos a história do Espírito Santo, notamos o silêncio com que a historiografia *brasileira* tratou a história *capixaba*



– como se ela não contasse como componente da narrativa da nação. Isso causa aos capixabas um sentimento difuso de alteridade, ou seja, os capixabas não se veem pertencentes aos grupos que normalmente são apresentados como formadores da história do Brasil, como o foram os bandeirantes, os mineiros, os pampas, os nordestinos, os gaúchos. Destarte, trata-se de formular uma história local com as referências do processo histórico local e regional de forma a perceber, tomar consciência e valorizar os seus traços distintivos. Somente assim será possível juntar elementos de memória das vivências múltiplas dos grupos sociais que partilham historicamente o território num determinado momento e valorizar os processos constitutivos e as mudanças de padrões que permanentemente ocorrem no tempo socialmente vivido.

Nesse sentido, é necessário produzir uma história capixaba cuja territorialidade se defina, em primeiro lugar, nas balizas geográficas “naturais” que os grupos humanos já percorriam desde a pré-história e, portanto, muito antes da chegada do colonizador. No interior dessas balizas foi que se implantou, sem uma ideia bem definida de suas dimensões, as terras imaginadas da capitania do Espírito Santo, cujas dimensões equivaliam a 50 léguas (cerca de 300 km) de comprimento na linha do mar e mais 10 léguas (aproximadamente 60 Km) avançadas no mar, incluindo as ilhas costeiras (CHORÃO, 1999).

Fisicamente, eram os traçados dos rios e suas bacias hidrográficas, desde a do rio Paraíba do Sul até o rio Jequitinhonha–Mucuri e sua bacia — a norte. Para oeste, a calha do Rio Doce — desde a região costeiro-marinha do seu estuário até a vasta bacia hidrográfica interior traçada, além de outros grandes rios — formou o primeiro território “capixaba” da chamada Era Moderna. Esse território assim “traçado” foi a primeira “moldura” para a história regional, aqui entendida sob

uma perspectiva da construção de territorialidades, isso é, de apropriações subjetivas e coletivas do espaço.

Dessa maneira, é fundamental para a construção da cidadania capixaba, o entendimento da forma como se deu a fixação de bases gerais para a organização do território da capitania do Espírito Santo sob a perspectiva do Império colonial português. A nosso ver as perambulações imemoriais dos grupos nativos, por onde também os colonos europeus fizeram suas expedições, foram os referenciais das fixações de vilas e aldeias, além dos caminhos abertos por moradores, no processo colonial. Nessas áreas de perambulação milenar em busca da abundância de frutos e animais de caça – logo apreendidas e anexadas ao poder régio –, ocorreram depois os enfrentamentos dos nativos em “guerra justa”, para a fundação de aldeias em pontos mais distantes do litoral. Mas essa é outra história...

O que nos interessa enfatizar no momento, à guisa de conclusão, é que o espaço geográfico mais tarde compreendido como o território capixaba não serviu apenas de pano de fundo para o desenrolar dos processos sociais pelos quais passaram. Ele mesmo foi objeto de disputas sociopolíticas pela sua apropriação, a fim de que fosse moldado, destruído, reconstruído e transformado segundo visões específicas sobre o que deve ser a sociedade, sobre qual o espaço destinado a cada grupo social ou sobre qual a função que cada lugar deve desempenhar. É, pois, para a compreensão de aspectos muitas vezes subsumidos na realidade, os quais dizem respeito, em última análise, à construção das diferentes identidades sociais, que nos chama a atenção o rico diálogo entre História Regional, História Ambiental e Geografia Crítica.

## Referências:

- BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: Diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.
- BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI–XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 343–371.
- CASTRO, Maria Inês Malta; RESENDE, Tayene. Meio Ambiente e Transversalidade no ensino de História. *Revista Universitas FACE*. Vol. 3, nº 2, 2006. Disponível em <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/113>>. Acessado em 13 de agosto de 2017.
- CHORÃO, Maria José B. *Doações e forais das capitanias do Brasil. 1534–1536/* apresentação, transcrição paleográfica, notas Maria José Mexia Bigotte Chorão. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 1999.
- HAESBAERTS, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Poder, Administração e Justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624–1696)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Ideologias geográficas*. SP: Hucitec, 1988.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800–1830). *Revista Dimensões*, nº 9, 1999, pp. 99–123.
- NETO, José Alves de Freitas. “Transversalidade no ensino da história”. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 57–74.
- SANTOS, Estilague Ferreira dos. Território do Espírito Santo no fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: EDIT, 2002. pp. 155–187.
- \_\_\_\_\_. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Revista Dimensões*, vol. 17, 2005. pp. 47–68.
- SOUZA, Laura de M. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de M.; FURTADO, Júnia F. & BICALHO, Maria Fernanda [orgs.]. *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil [1815–1817]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

## 2

## Apropriação Territorial e Conformação das Identidades no Espírito Santo: uma Leitura Transversal


Para compreendermos a formação das “identidades capixabas” – ou da *diversidade* característica de sua composição multicultural –, comecemos por destacar as diferentes formas de reprodução da vida material que caracterizaram o período colonial e parte do período imperial, formas essas que estiveram intimamente vinculadas a visões de mundo e projetos de sociedade de matrizes diversas, os quais foram sendo *impressos* no *espaço geográfico* no Espírito Santo, transformando-o, assim, em *território* social e culturalmente construído. Nesse espaço, tanto os grupos indígenas nativos quanto os colonos europeus e os escravos africanos se defrontaram com um meio natural constituído pela Mata Atlântica, cujas características oportunizaram diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, tanto quanto de interações sociais construídas para responder às possibilidades e desafios colocados por esse bioma.

A Mata Atlântica é um bioma de cerca de 400 mil anos, que originalmente compreendia toda a faixa litorânea de norte a sul da costa brasileira, mas que atualmente se encontra drasticamente reduzido em virtude de ter sido objeto de exploração humana há pelo menos 10 mil anos. Segundo Warren Dean (1996: 24–25), este “complexo de tipos de florestas” — latifoliadas, pluviais, tropicais e subtropicais — interiorizava-se outrora “a cerca de 100 km da costa no norte e alargava-se a mais de 500 km no sul”, cobrindo cerca de 1 milhão de quilômetros

quadrados de grande diversidade biológica, com um “número impressionante” e espécies endêmicas — isto é, que só habitam ali.







A extraordinária diversidade de suas árvores, uma das marcas características da floresta – em um local no sul da Bahia encontraram-se 270 espécies em um único hectare –, é acompanhada pela diversidade de outras espécies de plantas, principalmente epífitas, parasitas e saprófitas, e de animais invertebrados. (...) Diversos locais da Mata Atlântica têm sido postulados como centros de endemismo de pássaros, mamíferos, répteis e insetos, contendo numerosas espécies que não haviam conseguido expandir sua área de ocorrência anterior além de suas fronteiras ou que ali haviam encontrado um refúgio quando sua área de ocorrência anterior se tornou restrita. Certos beija-flores, sanhaços, marsupiais, preguiças, saguis, pererecas, patiobas e inúmeros outros seres estão limitados à Mata Atlântica (DEAN, 1996: 32–33).



Toda essa imensa reserva de recursos naturais disponíveis se tornou bastante atraente para a fixação de inúmeros povos que dela se beneficiaram no transcorrer do tempo. Entre as diferentes maneiras de apropriação desses recursos, começamos destacando a *coivara* indígena – um tipo de agricultura itinerante desenvolvida especialmente por tribos Tupi, com base na técnica de derrubada e queimada da floresta, seguida do abandono da área cultivada (conforme imagem abaixo). Segundo Dean (1996: 45–46), essa técnica poupava muito trabalho, mas não era simples, pois a queimada, além de tarefa perigosa, “exigia um sexto sentido, para que não fosse feita com muita ou pouca antecedência em relação às chuvas. Não podia ser intensa demais para não queimar a camada rasa e fértil do lixo florestal e seus organismos”.



Por outro lado, os agricultores itinerantes deveriam manter suas habilidades de caçadores e pescadores, uma vez que a mandioca e o milho plantados não forneciam a quantidade de proteínas necessária à sobrevivência daquelas populações.

O abandono da faixa cultivada era provocado, mais provavelmente, pela invasão de ervas daninhas e pragas. As ervas podiam ser desenraizadas à mão, mas não havia defesa contra as pragas, entre as quais a mais terrível era a formiga-cortadeira, mais conhecida como saúva. O

abandono da aldeia também ocorria por motivos sanitários, conflitos sociais internos ou insegurança, quando existia rivalidade entre aldeias. Todos os regimes agrícolas representam transtorno a um ecossistema natural. (...) Esse tipo de lavoura, chamado de itinerante ou de derrubada e queimada, é o menos invasivo, porque imita a escala natural de perturbação e, em vez de congelar permanentemente o processo de sucessão, apenas o explora de forma temporário (DEAN, 1996: 45).

Além da agricultura de coivara — especialmente caracterizada pelo cultivo da mandioca, do milho e, em menores quantidades, de grãos, amendoins e algumas frutas —, a base material das tribos tupi residentes na Mata Atlântica era constituída da coleta de frutos da floresta, da exploração intensiva do peixe e dos mariscos e da caça de “veados, saguis, tartarugas, crocodilos, macacos, preguiças, caititus, cotias, tutus, capivaras, antas, pacas e lontras, enquanto suas crianças atacavam ninhos de pássaros, caçavam ratos, lagartos, caranguejos de terra, caramujos e passarinhos e esquadriavam a mata em busca de larvas de insetos e mel. Em outubro, quando enxameavam as formas aladas de saúvas, capturavam-nas e assavam-nas aos milhares” (DEAN, 1996: 48–49).

A proximidade com o litoral e a presença abundante de rios possibilitou o desenvolvimento da atividade pesqueira e, com ela, hábitos culturais e alimentares ligados aos recursos oferecidos pelas águas. É interessante, por exemplo, o registro feito pelo viajante naturalista Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied



(1782-1867), que percorreu a Província do Espírito Santo entre 1815 e 1816, sobre a técnica de pesca desenvolvida pelos “índios civilizados” que habitavam a vila jesuítica de Nova de Almeida:

Os índios tiram a subsistência das plantações de mandioca e milho; exportam, igualmente, um pouco de lenha e de artigos de cerâmica, e mantêm uma pesca nada desprezível no mar e no rio Saí-anha, ou dos Reis Magos, que passa além da aldeia. O Sr. Sellow, que posteriormente visitou esse lugar, teve oportunidade de conhecer a curiosa maneira de pescar com os ramos da árvore chamada “tingui” [...]. Cortam ramos de tingui, esmagam-nos e fazem molhos com eles, jogando-os à água, sobretudo nos trechos em que há pouca correnteza; algumas vezes, represam o rio com esses molhos, a fim de barrar o caminho ao peixe, que, intoxicando-se com o sumo misturado à água, vem à tona e morre, ou pode ser facilmente apanhado à mão (WIED, 1989: 149-150).



A presença de inúmeras aldeias e vilas de pescadores autônomos no Espírito Santo pode até ter representado, em determinadas ocasiões, certo embaraço ao consumo de outros alimentos obtidos por meio de trocas comerciais, de modo que seus hábitos alimentares podem ter retardado ou diminuído os sucessos pretendidos pelo processo de circulação de mercadorias. É o

que se pode inferir de um trecho do relato do naturalista francês Auguste de Saint Hilaire (1779-1853), que visitou o Espírito Santo em 1818 e que, poucos anos depois, recebeu as seguintes informações de seu amigo Guido Marlière a respeito da recém-inaugurada Estrada de São Pedro d’Alcântara, projetada para ser o almejado canal de ligação entre o interior da província de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo:

[...] os mineiros, não conseguindo vender seu gado e outras mercadorias na Vila de Vitória, onde os habitantes, em sua maioria, se alimentavam de peixe e mariscos, acabaram renunciando a todo comércio com o Espírito Santo; e agora o caminho está obstruído por troncos caídos, cipós e galhos de árvores. É bem difícil [...] que os habitantes tão apáticos da Província do Espírito Santo façam florescente sua região (SAINT HILAIRE *apud* SANTOS, 2005: 52).

Também a presença abundante de animais na Mata Atlântica possibilitou, em alguma medida, que determinadas tribos indígenas se organizassem em torno da exploração dos recursos de caça, cuja distribuição territorial foi, certamente, um dos elementos que influenciou no nomadismo desses povos. Tanto assim que, como veremos adiante, alguns jesuítas observaram que, para o sucesso da empresa “civilizadora” e catequizadora sobre aquelas tribos, seria necessária a diminuição de seus territórios de caça.

A propósito desses territórios de caça, o relato de Wied acerca de um episódio de guerra entre dois “bandos” de aimorés – um chefiado pelo “capitão” (conforme os portugueses se referiam aos chefes Botocudos) June, outro pelo “capitão” Jepareque –, o qual teve a sorte de presenciar na região do então chamado rio Belmonte, no leste de Minas, autoriza-nos supor que a relação desses povos com o território da floresta e a apropriação de seus recursos dependia de sua capacidade de mobilidade e, possivelmente, de suas habilidades guerreiras, além da própria disponibilidade e distribuição da fauna para seu consumo.

Só algum tempo depois soube da razão do combate, de que tinha sido espectador. O capitão June, com seu povo, estivera caçando na margem sul do rio, nas terras de Jepareque, matando alguns porcos do mato. Este se sentiu grandemente insultado; pois os Botocudos sempre respeitavam, mais ou menos estritamente, os limites das zonas de caça, que, em geral, têm o cuidado de não ultrapassar; tais infrações constituem os motivos habituais das querelas e guerras (WIED, 1989: 272).

Quando se trata das formas de apropriação da Mata Atlântica por europeus, podemos destacar as monoculturas da cana-de-açúcar e, mais tarde, do café entre as atividades de maior potencial destrutivo tanto em relação à floresta primária quanto a formas alternativas de organização social:

O açúcar tornou-se a única atividade econômica de grande vulto que vinculava a região da Mata Atlântica à metrópole,

afora o corte do pau-brasil. A produção, no entanto, crescia apenas modestamente: em 1600, alcançava 10 mil toneladas; em 1700, cerca de 19 mil. Supondo-se uma safra de cinquenta toneladas de cana por hectare e um coeficiente extrativo de 3% por peso, em 1700, os campos de cana-de-açúcar teriam ocupado cerca de 120 km<sup>2</sup>. Esta área deve ter sido tomada da floresta, porque se achava que a cana-de-açúcar era cultivável apenas em solos de floresta. Os próprios governadores se empenhavam em distribuir as melhores terras a plantadores de cana-de-açúcar, desalojando agricultores de subsistência quando necessário. Os fazendeiros, tão itinerantes quanto os praticantes da agricultura de queimada, não tomavam qualquer cuidado para manter a produtividade do solo, preferindo antes insistir junto às autoridades por sesmarias na floresta primária (DEAN, 1996: 96).



Essa cultura, primordialmente reproduzida em grandes fazendas tocadas pelo braço escravo, foi explorada para atender principalmente o mercado exportador colonial – mas não apenas:

A cana-de-açúcar era cultivada em quase todo povoado neo-europeu na região da Mata Atlântica porque o mascavo — açúcar não refinado, saturado de melaço — era um gênero básico e porque a garapa era a matéria-prima para a destilação da aguardente. Centenas, talvez milhares, de pequenos engenhos primitivos atendiam a uma demanda interna consideravelmente maior que a do mercado ultramarino. Enquanto cultura de *plantation*, produzida em larga escala para exportação, o açúcar era importante em núcleos dispersos ao longo das baixadas costeiras úmidas, de Natal ao Rio de Janeiro. (...) A maior parte do açúcar e praticamente todo o açúcar para exportação, era produzida em usinas movidas a boi ou água – engenhos – que unificavam a moagem e a cristalização. As usinas menores eram designadas, de forma pejorativa, engenhocas, às vezes operadas manualmente. Em geral, o seu produto era a cachaça e não o açúcar. A cachaça das engenhocas, destilada diretamente da garapa, era considerada superior à dos engenhos, destilada do licor que sobrava do beneficiamento (DEAN, 1996: 188–189).

Vemos, assim, que a dinâmica socioprodutiva do cultivo do açúcar extrapolava a lógica da *plantation*, vindo a constituir importante elemento do cotidiano das capitanias, de sua produção e consumo internos, dos diferentes usos atribuídos à forma majoritariamente exportada. Porém, o monopólio do comércio do açúcar dado por D. João IV à Cia. Geral de Comércio do Brasil (criada em 1649), somado às dificuldades da Coroa em guerra contra os holandeses em Pernambuco, teve como desdobramento, nas décadas seguintes, a queda dos preços internacionais em prejuízo das capitanias produtoras. Assim, cada vez cresceram as atividades comerciais ilícitas e o interesse em organizar expedições de mineração de ouro e pedras preciosas no interior da capitania do Espírito Santo. Mais tarde, a região do Alto Itapemirim passou a atrair mineradores para a região oeste da capitania, batizada de “minas do Castelo” em referência à grande montanha ali existente.

A propósito dessas expedições para o interior da capitania, pode-se supor que despertaram grandes expectativas sobre os resultados que poderiam gerar, bem como na imaginação das pessoas sobre o que seria o “sertão” capixaba: um interior a ser desbravado e conquistado à Coroa e a seus representantes locais, um lugar repleto de riquezas a ser omitido ou ao menos defendido de possíveis invasores – representações espaciais que certamente orientaram também as disposições administrativas em relação a esse desconhecido espaço geográfico. Senão, vejamos.

O governo do Espírito Santo contou com a presença do seu legítimo donatário até por volta de 1615, quando Francisco de Aguiar Coutinho, que chegara uns seis ou sete anos antes, resolveu retornar à Europa onde servia à casa real de Felipe III. Coincide com a sua ausência

e o governo de vários capitães-mores o tempo em que as rusgas de Portugal com seus vizinhos europeus repercutem na capitania.

Entretanto, o donatário retornou ao Espírito Santo em 1624 para comandar a defesa na guerra que os holandeses fizeram no ano seguinte. A insistência dos estrangeiros em tomar a vila de Vitória faz todo o sentido, afinal tratava-se de uma capitania em cujo interior se supunha estaria a mítica “serra das Esmeraldas” e as minas de ouro de aluvião, que pouco a pouco foram encontradas. A defesa da sede da capitania do Espírito Santo, por sua posição estratégica entre Salvador a as capitanias do norte e a Repartição do Sul (Espírito Santo, São Tomé/Paraíba do Sul, Rio de Janeiro e São Vicente), era considerada vital para Portugal manter “as partes do Brasil” unidas sob o governo da Coroa. Se Vitória caísse em mãos dos inimigos holandeses, como acontecera com Salvador e com Recife e Olinda, o domínio português sobre o território brasileiro estaria seriamente comprometido, assim como o acesso aos metais e pedras preciosas do seu interior a devassar.

Quanto ao café, atividade agroexportadora fundamental para a economia do nascente Império brasileiro no século XIX, destacamos o potencial de destruição que as exigências de cultivo do fruto em escala sempre crescente impuseram à Mata Atlântica brasileira, de modo a implicar no desaparecimento de grandes áreas florestadas, no esgotamento do solo e na expansão da fronteira agrícola para o interior das regiões cafeeiras:

(...) o café foi a salvação da aristocracia colonial. Foi também a salvação da corte imperial cambaleante que, assediada por rebeliões regionais e duramente pressionada a

pagar pelas burocracias civil e militar necessárias para consolidar o Estado, foi resgatada pelas receitas do café que afluíam para a Alfândega do Rio de Janeiro. (...) Por outro lado, as exigências ecológicas dessa planta etíope colocavam os limites físicos para a reprodução do sistema de *plantation* e, portanto, para a estabilidade do Império. (...) Exige precipitação pesada de chuvas, de 1.300 a 1.800 milímetros por ano, porque transpira continuamente, como uma árvore do sub-bosque, não tem nenhum mecanismo para armazenar ou conservar umidade. (...) O café é mesial, isto é, exige solos que não sejam nem encharcados nem secos. (...) Era precisamente este o perigo para a Mata Atlântica: acreditava-se que o café tinha de ser plantado em solo coberto por floresta “virgem”. O capital e o trabalho eram escassos demais para gastar no plantio em solos menos férteis. O café é uma planta perene — leva 4 anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtiva por 30 anos — e assim podia-se imaginar que, uma vez implantado, representaria um regime agrícola de perspectivas estáveis e conservadora. Mas não era assim. Nas plantações do Rio de Janeiro, plantações velhas não eram replantadas, mas abandonadas, e novas faixas de floresta primária eram então limpas para manter a produção. O café avançou, portanto, pelas terras altas de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudas (DEAN, 1996: 195–196).



Desse modo, como afirmou o naturalista alemão Hermann von Burmeister nos idos de 1850, a riqueza dos proprietários de fazendas de café consistia “menos na grande extensão de seus cafezais que nas terras disponíveis para o plantio futuro da rubiácea”, de tal sorte que:

Os principiantes no negócio do café preferiam comprar terras mais acima do vale [do Paraíba] ao longo da fronteira de São Paulo, ou na zona da Mata, a zona de floresta de Minas Gerais que mais recentemente havia sido despojada de sua população indígena onde ficavam as nascentes dos rios Doce, Pomba e das Mortes. O café chegou um pouco mais tarde ao Espírito Santo, onde as condições de solo e crescimento eram menos favoráveis. Assim, o cultivo do café espalhou-se de modo extensivo e uma parcela considerável da região montanhosa da Mata Atlântica foi transformada em um mar encapelado de pés de café (apud DEAN, 1996: 202).

As *plantations* de cana-de-açúcar e de café foram mais dominantes, respectivamente, no litoral nordestino e no sudeste cafeeiro (notadamente, Rio de Janeiro e São Paulo), no século XIX. No caso particular do Espírito Santo, a agricultura de subsistência foi muito importante na determinação dos diferentes usos do solo, com uma produção bastante diversificada, voltada para o abastecimento interno e para o comércio de cabotagem com outras capitanias – fato que



se manteve nos anos seguintes à Independência. Se voltarmos ao início da colonização, veremos na vila de Vitória um aparato administrativo que obedecia ao padrão do Antigo Regime português. Havia o governador-capitão, ou donatário, que se interessava por distribuir terras e facilitar a vinda de pessoas que implantassem atividades produtivas para subsistência e também para exportação ou comércio, ou a produção artesanal de vários ofícios (ferreiros, couceiros, ourives, pescadores, carpinteiros etc.).

Entre os principais produtos exportados pelo Espírito Santo em fins do século XVIII e início do XIX, destacou-se a farinha de mandioca, seguida do açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão entre outros (CARVALHO, 2010: 71). Aliás, podemos dizer que a cultura da mandioca desempenhou um papel fundamental no processo de colonização e povoamento da região do vale do rio Doce, no norte do Espírito Santo, sobretudo da região hoje compreendida por São Mateus. É o que nos conta a professora Vania Moreira, que ilustra o referido processo com informações do viajante naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied:





(...) quando o naturalista visitou Regência, a situação dos quartéis localizados no rio Doce sob a jurisdição do Espírito Santo, já estava abolida a proibição da lavoura de mandioca nos destacamentos, quartéis e nos estabelecimentos dos colonos. A proibição das plantações de mandioca no rio Doce vigorou nos governos de Silva Pontes e de seu sucessor, Manoel Vieira d'Albuquerque Tovar, e visava, com isso, não chamar a atenção dos botocudos. Foi apenas na administração de Rubim que as plantações foram não apenas permitidas, mas exigidas nos quartéis, destacamentos e colonos. Nos quartéis e destacamentos, a mandioca deveria ser plantada pelos soldados “que estivessem de descanso ou folga”. A administração Rubim também inovou ao deliberar que os soldos deveriam ser pagos em metal para atrair os comerciantes para venderem os gêneros necessitados pelos destacamentos e quartéis. E, segundo Rubim, tal política foi coroada de sucesso porque o plantio da mandioca reduziu os gastos da fazenda Real e o comércio começou a se desenvolver nos quartéis, inclusive com a presença de comerciantes mineiros. (Moreira, 1999: 118–119).

Observamos, assim, que a economia da capitania e, depois, da província do Espírito Santo, esteve animada por uma diversidade de culturas de subsistência que movimentou tanto o comércio interno quanto a formação de núcleos populacionais inicialmente localizados no litoral e, na primeira metade do século XIX, expandindo as fronteiras agrícolas para a região do rio Doce e outros vales fluviais, a exemplo das colônias de imigrantes prussianos, suíços e alemães que começaram a colonizar os vales dos rios Jucu e Santa Maria, respectivamente em 1847 (colônia de Santa Isabel) e em 1857 (colônia de Santa Leopoldina). Essa dinâmica prevaleceu ao menos até a transformação do café, na segunda metade do século XIX, em objeto de monocultura para atender aos interesses imperiais na ampliação do modelo econômico agroexportador. Daí dizer que o suposto estado de “decadência” ou de “atraso” do Espírito Santo anterior ao desenvolvimento da cafeicultura e da imigração estrangeira, tão enfatizada por parte considerável da historiografia capixaba, correspondeu, na verdade, a uma dinâmica específica de produção que não atendia, necessariamente, aos interesses das autoridades centrais – a Coroa portuguesa e, depois, o Império brasileiro –, mas que, nem por isso, refletia um estado de isolamento e atraso em relação às regiões vizinhas. Nas palavras de Enaile Flauzina Carvalho:

A exposição de viveres e o abastecimento de gêneros importados foram fatores preponderantes para a manufatura positiva da economia, questão essa referendada nas Memórias dos governantes nomeados. Da mesma forma que ocorre na historiografia, a questão da decadência acaba por ser abordada mediante a inoperância do sistema colonial no Espírito Santo, sistema esse em que a produção total era voltada para a exportação. Ao utilizarem o discurso de decadência, os políticos demonstram compartilharem de uma visão portuguesa de lucratividade para a Coroa, através de exportações de açúcar, não considerando a produção voltada ao abastecimento interno da colônia, como importante na manutenção do mesmo sistema (CARVALHO, 2010: 74).

Além das diversas frentes agrícolas, a exploração e comércio de madeiras exerceram uma grande pressão dos grupos humanos sobre a Mata Atlântica, ajudando, assim, a moldar o comportamento social dominante — em geral, pragmático e utilitarista — diante da floresta, de modo a considerá-la ora fonte inesgotável de recursos naturais, ora obstáculo indesejável para o estabelecimento de assentamentos humanos. O viajante naturalista Maximiliano de Wied nos forneceu um relato bastante ilustrativo das atividades produtivas desenvolvidas em grandes fazendas do Espírito Santo, as quais, além do cultivo de diversos produtos de subsistência, como cana-de-açúcar, arroz, mandioca e outros, dedicavam-se à exploração comercial da madeira. Trata-se da fazenda do tenente João Filipe Calmon, chamada “Bom Jardim”, localizada em Linhares, às margens do rio Doce:

Linhares é ainda um povoado insignificante, apesar do trabalho desenvolvido, como foi dito acima, pelo ministro Conde de Linhares para o seu progresso. [...] As casas são pequenas e baixas, cobertas de folhas de palmeira ou de urucana, feitas de barro e não rebocadas. Ainda não tem igreja, sendo as missas oficiadas numa casinhola. [...] Os moradores estabeleceram as plantações, parte na mata circunjacente, parte nas ilhas fluviais. O tenente Calmon foi, entretanto, o primeiro, e é ainda a única pessoa que abriu uma fazenda e possui um engenho. [...] Se houvesse algum comércio local, as *diversas e valiosas variedades de madeira, que essas florestas produzem em abundância*, merecer-lhe-iam tanta atenção quanto o fértil solo da fazenda. É verdade que *a peroba, excelente madeira de lei para construção naval, é considerada propriedade da Coroa*; mas o Sr. Calmon obteve permissão para construir belas e grandes canoas de mar, que envia à Capitania e a outros lugares, carregadas com os produtos da fazenda e com muitos tipos preciosos de madeira, já frequentemente mencionados (WIED, 1989: 159–60, grifos nossos).

Os historiadores capixabas Ivan Borgo, Léa Brígida Rosa e Renato Pacheco (1996) fazem uma análise panorâmica sobre a exploração comercial das madeiras no Espírito Santo desde os tempos coloniais até o século xx, de modo a atestar que o corte das essências florestais nativas foi destruindo os chamados “sertões” capixabas.

Em 1618, Manuel Viegas, um judeu da Antuérpia, fazia referência ao contrabando de pau-brasil do Espírito Santo para Flandres, intermediado pelo flamengo Rodrigo Pedro, cujo comércio “se estendia do ES a Cabo Frio, região afastada da vigilância governamental, ou com a conveniência de capitães-mores e oficiais da Fazenda” (José Gonçalves Salvador, 1978; apud BORG, ROSA & PACHECO, 1996: 33).

Em 1767, o engenheiro José Antônio Caldas produziu um informe que dava conta de que o Espírito Santo exportava madeiras para a Bahia e, em 1858, José Marcelino Pereira de Vasconcelos publicava a obra “Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo”, na qual criticava o corte indiscriminado de árvores em Itabapoana, Santa Cruz, Linhares, Guarapari e Benevente, revelando assim a existência de uma indústria madeireira incipiente – ou, ao menos, um comércio a ser contido, sob pena de a província sofrer com a falta de algumas essências florestais – preocupação já veiculada por um artigo de 3 de agosto de 1854, publicado no jornal Regeneração, de Vitória:

O Brasil, prodigamente dotado pela natureza de tudo quanto pode ser útil ao homem, e engrandecer uma nação, encerra preciosíssimas florestas, de cuja conservação muito nos temos descuidado. O resultado desta imperdoável negligência já se vai manifestando pela dificuldade, com que vamos buscar a muitas léguas no interior das províncias as madeiras necessárias para a marinha e pela falta de algumas espécies outrora abundantes, como por exemplo o cedro, que com quebra de vantagens para muitas construções, é substituído pelo pinho, que importamos do estrangeiro. A necessidade de por um paradeiro à destruição das

florestas, cassando a permissão indefinida e arbitrária dos proprietários a respeito do corte de madeira, foi reconhecida entre nós, quando se criou na Província das Alagoas, em 1799, uma conservatória das matas, único estabelecimento deste gênero, que temos tido, o qual caducou de 1827 para cá... (apud BORG, ROSA & PACHECO, 1996: 53).

A preocupação de diferentes presidentes da Província do Espírito Santo com relação às consequências econômicas e sociais da expansão desordenada da atividade madeireira fica evidenciada em sucessivos relatórios de governo: em 1847, Couto Ferraz informou que “grande parte dos habitantes da freguesia de Aldeia Velha [hoje Aracruz] entrega-se ao corte de madeiras, por serem abundantes de jacarandá, guarabes, cedros, amarelos e outras”; em 1848, Pereira Pinto, reconheceu a grande importância do corte de madeiras para a economia provincial, mas observou que em breve deixariam de existir, pois eram “tiradas a esmo e mal aproveitadas”; em 1861, Costa Pereira informou que o corte do jacarandá e outras madeiras afastaria muitos braços da lavoura e, no ano seguinte, que a indústria de extração de madeiras, exercida em alta escala, sobretudo nos sertões de Itabapoana, Benevente, Guarapari e Santa Cruz, ameaçava o aumento da produção agrícola (BORG, ROSA & PACHECO, 1996: 35).

No final do Segundo Reinado, o aumento do corte ilegal de madeiras motivou uma recomendação nacional (1883) para que as províncias aumentassem a fiscalização sobre tal prática, enquanto que em 1924, o presidente da província capixaba, Nestor Gomes, incentivava a regulamentação da rentável atividade, propondo a montagem de serrarias. A partir daí, houve um incremento às grandes concessões

para corte de madeira, beneficiando empresas como a Companhia Industrial de Barra de São Mateus (CIMBARRA) e a Companhia de Madeiras Nacional do Rio Doce (BORGO, ROSA & PACHECO, 1996: 35–36).

Também a atividade pecuária teve considerável desenvolvimento no Espírito Santo, a exemplo da *Fazenda Muribeca*, localizada às margens do rio Itabapoana, edificada pelo padre José Anchieta em 1581, tendo ali instalado residência, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar, e que, nos séculos XVII e XVIII, era “uma das maiores fazendas pecuárias do Brasil, abrangendo sul do Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, até a região de Campos”, com 9 léguas e meia de frente por 8 léguas e

meia de fundo<sup>2</sup>; e da *Fazenda das Itaunas*, destinada à criação de gado, onde o Príncipe de Wied observou a presença de índios assentados, ocupados na construção de uma barreira de proteção da costa contra as tribos “tapuias” (WIED, 1989: 173).

Assim, concluímos que o território da capitania do Espírito Santo, desde os primórdios de sua ocupa-

ção moderna por agentes da Coroa ou sesmeiros, teve na apropriação do espaço territorial do bioma Mata Atlântica a grande síntese do projeto colonizador, na medida em que a dominação desse território implicava na conversão dos nativos em católicos e trabalhadores cativos<sup>3</sup>, além de guerreiros; enquanto os grupos indígenas não-dominados tinham no território em si e nos recursos dele retirados tanto a base alimentar e de reprodução de suas identidades étnicas, quanto os elementos de negociação de sua autonomia e resistência frente à dominação do branco.

<sup>2</sup>Cf. <http://presidentekennedy.es.gov.br/pagina/5/Historia.html>. Acessado em 28 de agosto de 2015.

<sup>3</sup> Este tema será melhor abordado no artigo referente à Unidade 3.

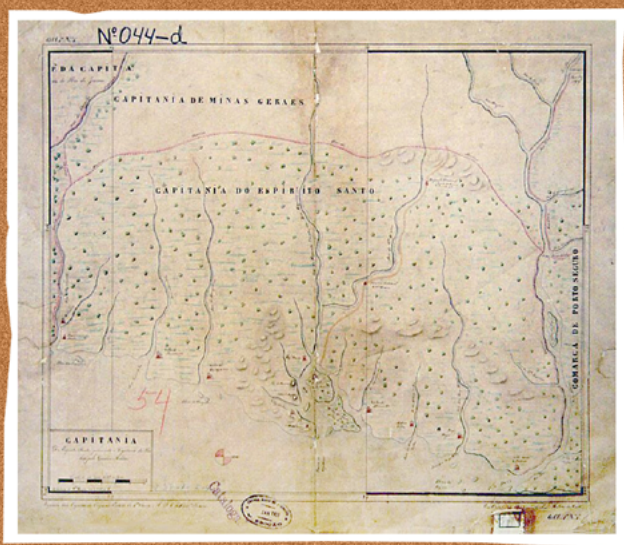
## Referências:

- BORGO, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810–1960)*. Vitória: Edufes, 1996.
- CARVALHO, Enaile F. *Redes mercantis: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790–1821)*. Vitória: Secult, 2010.
- SANTOS, Estilque Ferreira dos. “Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba.” *Revista Dimensões*, vol. 17, 2005.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil [1815–1817]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- MOREIRA, Vânia Maria L. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800–1830). *Revista Dimensões*, nº 9, 1999.



# 3

## Território e Identidades: Relações Interétnicas no Espírito Santo Português



Oficialmente, a “identidade territorial” do Espírito Santo foi definida entre o século XVIII e início do XIX, momento em que são estabelecidos os limites político-administrativos dessa região. Em termos mais precisos, essa identidade territorial teria sido convencionada a partir do projeto estratégico da Coroa portuguesa para a “mal aproveitada” Capitania do Espírito Santo, executado pelo Governador Antonio Pires da Silva Pontes Leme (1800–1804), no sentido de integrá-la à dinâmica produtiva colonial.

O decreto de sua nomeação [de Silva Pontes], em 1797, já continha uma observação que elucida claramente os objetivos da Coroa portuguesa relativamente ao Espírito Santo. Dizia ele, em seu preâmbulo: “Sendo conveniente ao meu real serviço que se deem algumas novas providências para melhor regímen da Capitania do Espírito Santo e para se tirem dela vantagens que até agora se não tem procurado aproveitar...”. Ou seja, o próprio rei reconhecia abertamente que se tratava de um território ainda superficialmente explorado, atestando, portanto, a ineficácia de todo processo de ocupação colonial, e que competia ao seu representante alterar radicalmente este quadro, com providências inovadoras (SANTOS, 2002: 171).

Buscando atender aos interesses reais de “tirar mais vantagens” da Capitania, Silva Pontes almejava incorporar ao território do Espírito Santo a região de Campos dos Goitacás (antiga Capitania de São Tomé), cortada pelo rio Paraíba do Sul, e transformar o porto de Vitória no escoadouro para a exportação de sua produção, bem como aquela que era cultivada e transportada pelo rio Doce, o qual foi aberto à navegação em 1800 para os fins desse mesmo projeto. Por outro lado, a assinatura em 1800 do *Auto de demarcação de limites entre a Capitania de Minas Gerais, e a Nova Província do Espírito Santo* buscava

efetivar, com objetivos fiscais, a incorporação da região que ia do norte do rio Doce até o rio Mucuri, e que redundou, ao fim e ao cabo, no arbitramento dos seguintes limites geográficos entre as duas capitânicas: o “espigão que corre de norte a sul, entre os rios Guandu e Mainhuassu” (atual Serra da Chibata) e, pela parte norte do rio Doce, a “Serra do Souza” (atual Serra dos Aimorés) (SANTOS, 2002: 174).

Note-se que, pela leitura dos acordos e disposições administrativas, a Capitania do Espírito Santo era considerada mal aproveitada, pouco produtiva e carecia de integração aos destinos deliberados para o conjunto da Colônia. Se recuarmos ainda mais no tempo, veremos que essa percepção do espaço livre ou carente de ocupação e exploração já aparecia desde o princípio do processo colonizador, conforme podemos ler na Carta de doação da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho:

[...] faço saber que comsy [de] ramdo eu qamto serviço de deos e meu proveyto e bem de meus rregnos e senhorios e dos naturais e súbditos deles he ser ha minha costa e terra do brasyll mais pouada do que hathé gora foy pera aver de celebrar o culto e ofícios diuinos e se emxallçar a nossa samta fee católica com trazer e provocar a ella os naturais da dita terra imfieis e idolatras como por o muito proveyto que se seguiraa a meus rregnos e senhorios e aos naturais e súbditos deles de se ha dita terra pouoar e aproveitar...” (D. João III apud OLIVEIRA, 1974: 16. grifos nossos).

Portanto, tratou-se da incorporação ao Império português de um território considerado pouco povoado, para onde o rei de Portugal mandava expandir seus domínios como forma de obtenção de riquezas, povoamento, conquista dos índios e aumento da fé. Ou seja, a incorporação do território significava no jogo interno português a própria extensão do poder do monarca, que agindo em nome de Deus, distribui mercês em troca de serviços civis e militares nas capitânicas e estrutura uma organização social ampla, de tipo Antigo Regime, na qual todos os que ali vivessem forçosamente nela se encaixariam.

A mera leitura dos atos administrativos, portanto, nos dá a impressão de “ineficácia do processo de ocupação colonial”, de terra despovoada e mal aproveitada. A questão é: para quem? É preciso lembrar que a colonização se deu sobre um espaço já antes “territorializado” pelos grupos indígenas que ali, no passar dos séculos, haviam construído a sua territorialidade, ou seja, produziram subjetivamente aquele espaço de acordo com o que necessitavam para suprir as suas necessidades de alimento, abrigo, defesa, religiosidade. Em outras palavras, viveram a sua própria cultura sem interferências externas de grande monta. Assim, ao verem seu antigo território ocupado pelos europeus, foram “des-territorializados” na medida em que, para sobreviverem culturalmente, tinham de fugir para o interior das matas mais fechadas ou sucumbir à evangelização e ao aldeamento, passar por uma “re-territorialização”<sup>4</sup> tendo agora o binômio espaço-tempo sob controle de autoridades, padres e colonos portugueses.

Nosso objetivo aqui é, pois, compreender alguns aspectos das disputas sociais e das representações espaciais que movimentaram a dinâmica de apropriação efetiva desse território, os

<sup>4</sup> As expressões entre aspas são do geógrafo Haesbaert, 2010.

quais, para além do arbítrio político e das convenções administrativas, apresentam-nos um quadro de interações étnicas e culturais bastante rico. Na medida em que as populações luso-brasileiras se estabeleciam em solo espírito-santense, apropriando-se dos recursos das florestas e expandindo a fronteira agrícola, pecuária e/ou madeireira do litoral para o interior do território, surgiam diferentes situações de contato com as tribos indígenas aí residentes, as quais, a depender dos propósitos e disposições de ambos os lados, ensejaram formas de convívio que iam desde a incorporação violenta dos povos nativos à sociedade luso-brasileira nascente até a cooperação entre eles – fosse ela momentânea ou permanente.

Autores como John Monteiro (1999) e Regina Celestino de Almeida (2003) chegam a utilizar também o conceito de *resistência adaptativa* para designar as estratégias de negociação que os próprios grupos nativos traçavam para converter o domínio armado dos portugueses em proveito próprio. Tal situação ocorreu, por exemplo, com os Temiminó, habitantes da baía da Guanabara, que apelaram aos jesuítas para que o donatário do Espírito Santo os tirassem de sua terra e os trouxessem em navios para a região de Vitória, pondo-os a salvo de seus inimigos tamoios, que se fizeram aliados dos franceses. Nessa estratégia, o chefe Maracajaguaçu batizou-se católico e adotou o nome do donatário seu protetor, conforme demonstrou Maria José dos Santos Cunha (2015).

A interação índios-colonos europeus foi predominantemente marcada pela violência e pelas doenças, as quais, juntamente com a expansão das lavouras luso-brasileiras em detrimento dos usos da natureza empregados pelos indígenas, provocou uma drástica redução das populações nativas — seja por meio de epidemias,

escravização, “guerras justas” ou pelo confinamento e aculturação desses povos nas reduções ou aldeamentos, os quais fizeram parte da política indigenista oficial. Estima-se que, em 1500, havia cerca de 3 a 5 milhões de indígenas, de mil povos diferentes, vivendo no Brasil. Contudo,

Os cem primeiros anos de contato com os colonizadores europeus implicaram em uma redução de 90% dessa população causada por batalhas e, principalmente, por suscetibilidade a doenças epidêmicas. Tamoios, temiminós, tupiniquins, tupinambás, caetés, tabajaras, potiguares, pataxós e guaranis eram alguns dos povos que habitavam o litoral em 1500, e muitos deles foram extintos (SCARANO, 2014: 136).

Segundo o historiador Warren Dean (1996: 79–80), o terrível impacto causado pelas doenças europeias sobre as populações nativas do continente americano ajuda a explicar a, digamos, “eficiência” do empreendimento colonizador – muito embora diversas pesquisas atestem a forte e contínua resistência daquelas populações ao domínio europeu.

De todas as armas transportadas nas caravelas dos europeus, nenhuma foi tão eficaz quanto suas doenças para dobrar a resistência dos povos do Novo Mundo. Na verdade, a doença epidêmica é a chave para se compreender o curso do imperialismo europeu no Novo Mundo. Nas outras regiões tropicais do planeta, que haviam sido todas



ligadas pelo comércio e conquista desde o surgimento da agricultura e das cidades, a abordagem marítima dos europeus não produziu esse resultado. Por dois séculos e meio, os invasores não controlavam nenhum território nas costas asiáticas e africanas além daquele garantido pelo alcance do tiro de canhão. Uma vez que a resistência asiática e africana às doenças era ainda mais completa que a dos saqueadores europeus, estes últimos não tiveram qualquer chance de repovoar a paisagem como lhes aprazia, com um sortimento humano exótico de colonos e cativos e raças domesticadas de animais. É surpreendente que a realidade de um Novo Mundo densamente povoado, castigado por doenças subitamente introduzidas, foi negada não só por aqueles que a testemunharam, mas também por todos os seus descendentes, por mais de quatrocentos anos, em interminável cadeia de cumplicidade que permitiu aos neo-europeus arrogarem-se herdeiros de uma terra vazia, uma “fronteira” ilimitada.



O tema das epidemias aparece diversas vezes no relato do Príncipe Maximiliano de Wied. Em um deles, o naturalista revelou forte

aversão estética à fisionomia dos índios aimorés – chamados de *Botocudos* pelos portugueses, dado o uso de botoques como adornos para lábios e orelhas –, que era aumentada em razão das sequelas deixadas pelas doenças nos corpos dos sobreviventes:

O aspecto dos Botocudos causou-nos indescritível espanto; nunca víamos antes seres tão estranhos e feios. Tinham o rosto enormemente desfigurado por grandes pedaços de pau, que trazem no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas: destarte, o lábio inferior fica muito projetado para a frente, e as orelhas de alguns pendem como asas largas sobre os ombros; os corpos bronzeados estavam completamente sujos. Já eram muito íntimos do ouvidor [senhor José Marcelino da Cunha, ouvidor da comarca de Porto Seguro], que os tinha sempre em casa, a fim de lhes conquistar cada vez mais a confiança. Dispunha de algumas pessoas que falavam a língua dos Botocudos, e deixou-nos ouvir amostras do canto dos selvagens, parecido com um uivo desarticulado. Muitos deles tinham tido varíola havia pouco; ainda estavam completamente cobertos de cicatrizes e crostas, que, somando-se à grande magreza trazida pela doença, aumentavam ainda mais a fealdade natural (WIED, 1989: 177–178).

No trecho subsequente, o viajante alemão não se esquivou de demonstrar perplexidade diante da cruel utilização das doenças, em especial a varíola, como uma espécie de arma biológica contra grupos indígenas, o que nos leva a supor que tal estratégia pode ter sido

utilizada diversas vezes, de forma deliberada, ainda que não oficialmente sistematizada, como forma de liquidar o inimigo:

A varíola, introduzida na região pelos europeus, é extremamente perigosa para os índios; muitas tribos foram totalmente exterminadas por ela. Vários dos serviçais do ouvidor morreram em Caravelas; muitos, porém, restabeleceram-se, segundo me garantiram, a poder de aguardente, que lhes foi administrada em grandes doses. Os selvagens têm enorme pavor dessa doença. Contaram-me um caso terrível a respeito da crueldade de um colono. Para vingar-se dos tapuias, seus vizinhos e inimigos, dizem que levou para as florestas roupas usadas por pessoas mortas de varíola, tendo perecido numerosos selvagens em consequência desse procedimento desumano (WIED, 1989: 178).

Com relação às estratégias oficiais de interação com os indígenas, podemos destacar dois modelos de política indigenista: uma, que foi predominante desde finais do século XVI até meados do século XVIII, visava à utilização da mão de obra indígena como escravos (“peças da terra”) ou forçados ao trabalho (“índios forros”) pelos colonos (SIMONATO, 2017), ao mesmo tempo em que sua existência em perambulação nas florestas era tida pela coroa portuguesa como fator de defesa e posse territorial. Com a chegada do Marquês de Pombal ao poder, em 1750, logo a legislação se alterou no sentido de extinguir o cativo e tornar os índios súditos do rei em relativa *igualdade* de direitos com os colonos que os tentavam subjugar.

O governo colonial continuou a patrocinar aldeias, a fim de garantir que os nativos que passassem a morar, mais ou menos voluntariamente, no lado neo-europeu da fronteira, ocupassem residências fixas, cada uma constituída por um homem e uma mulher. Isso era problemático, não apenas porque faltavam aos indígenas o hábito de permanecer em moradas fixas, mas também porque, carentes do sentido de propriedade, se serviam com frequência das despensas dos brancos. A aldeia, portanto, era um campo de treinamento para aprender o respeito à propriedade e também a aceitação da definição europeia de trabalho e reverência para com o deus cristão. Na maior parte da era colonial, os missionários – normalmente jesuítas ou franciscanos – foram os encarregados das aldeias. De tempos em tempos, contudo, elas eram controladas por administradores civis, sempre que a oposição secular ao monopólio clerical dessa tentadora fonte de mão de obra resultasse na expulsão temporária dos missionários ou na sua perda de controle legal. As terras concedidas às aldeias eram constantemente invadidas pelos brancos; por fim, a maioria delas deixou de ser auto-suficiente. Sua população era heterogênea e novos grupos eram instalados de tempos em tempos sem qualquer explicação aos moradores. Sem dúvida, as autoridades coloniais não tinham qualquer intenção de ajudar os povos nativos a preservar qualquer traço de sua cultura; na verdade, teriam achado a ideia antipática e inoportuna (DEAN, 1996: 87–88).

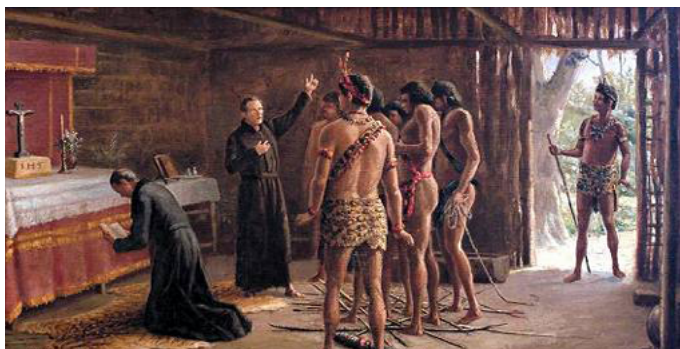
A outra política indigenista refere-se à decretação de *guerras justas* pela Coroa portuguesa, uma “instituição que datava das cruzadas e foi usada no Brasil entre os séculos XVI e XVIII como um dos principais fundamentos à escravização indígena”, justificadas, no mais das vezes, por atos de hostilidades por parte dos índios, ataques contra portugueses ou índios aliados, impedimento à propagação da fé ou quebra de pactos celebrados – uma espécie de “protocolo” de guerra a estabelecer os limites dos ataques aos nativos, a fim de coibir os “abusos” dos colonos no apresamento dos mesmos. A reedição desse artifício em pleno século XIX foi considerada um retrocesso na política oficial indigenista de aldeamentos e catequização, sendo que seu traço diferencial em relação às guerras justas decretadas anteriormente era o de *conquistar as terras ocupadas pelos indígenas*, muito mais do que de preação de mão de obra cativa (MOREIRA, 1999: III–II3).



Segundo Vânia Moreira (1999: 110), a Carta Régia de 5 de maio de 1801, declarando “guerra ofensiva contra os botocudos antropófagos”, criou as condições necessárias para viabilizar a política de ocupação das várzeas do rio Doce por fazendeiros, expressa no edital de 06 de março de 1801, o qual permitia a distribuição de sesmarias às suas margens, que, contudo, estavam “infestadas” por botocudos refratários àquela ocupação. Desse modo, a *guerra justa* apresentava-se como solução para a apropriação das terras indígenas, transformando-as, para usar a noção discutida por Moreira, em oportunos “vazios demográficos”.

Essa guerra de extermínio foi mantida com a maior perseverança e crueldade, pois acreditavam firmemente que eles matavam e devoravam todos os inimigos que lhes caíam nas mãos. Quando mais tarde se soube que em alguns lugares, no rio Doce simularam disposições pacíficas, batendo palmas, e depois mataram traiçoeiramente, com os formidáveis arcos os portugueses que deles se acercaram confiantes nas maneiras amigáveis, extinguiram-se todas as esperanças de descobrir-se sentimentos de humanidade entre esses selvagens. Que, porém, essa opinião, deprimente para a dignidade da natureza humana, foi levada muito longe, e que a incorrigibilidade desse povo provem tanto da maneira como foram tratados, quanto da rudeza nativa, prova-o exuberantemente o benéfico resultado da conduta humana e moderada do governador Conde dos Arcos, na capitania da Bahia, para com os Botocudos residentes à margem do Rio Grande de Belmonte (WIED, 1989: 153–154).

Outra forma de interação entre grupos indígenas e colonos europeus foi a catequização. A expansão da fé católica já constava dos primeiros documentos expedidos para a formação das capitâneas. A passagem do tempo e a análise da atuação das ordens que maior proximidade tiveram com os índios, como os jesuítas e franciscanos – em especial os primeiros – mostrou ser a catequese alternativa bastante eficaz para o contato, o assentamento, a organização do trabalho e a assimilação dos valores culturais e práticas religiosas dos europeus.



Era propósito dos jesuítas converter os indígenas não apenas ao cristianismo, mas à passividade e dependência características de um campesinato português que aceitasse a tutela perpétua e todas as indignidades que a caracterizavam – chicoteamento, préstimos pessoais, submissão sexual e trabalho nos campos. Para alcançar essa meta, impunha-se pôr um fim à exploração itinerante e extensiva da floresta pelos indígenas. (...) Embora os jesuítas se opusessem à demanda branca de escravização dos nativos, suas intenções de longo prazo em relação a eles pouco diferiam das que professavam os colonos leigos. Ambos desejavam converter os indígenas do sexo masculino em lavradores e reduzir a população tribal à condição de campesinato arrendatário. No curto prazo, ambos lhes faziam pesadas exigências de trabalho não remunerado. Os jesuítas empregavam os habitantes da aldeia não menos que três dias por semana como criados pessoais e trabalhadores na construção das missões, carregadores e lavradores; entregavam-nos às autoridades governamentais para obras públicas; e os alugavam para colonos por períodos de meses de cada vez (DEAN, 1996: 76–77).

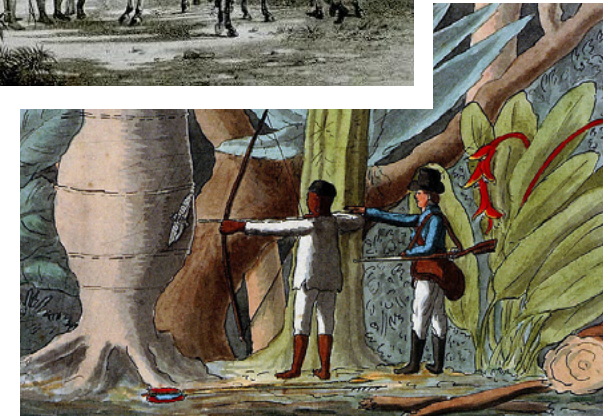
Mas houve resistência! Sua natureza e recorrência relacionavam-se à força dos hábitos culturais ancestrais, ao apelo velado dos pajés e à possibilidade de retorno desses povos à vida tribal nas florestas sempre que sofressem com ataques ou sequestro de crianças (*kurukas*) para as fazendas, fossem submetidos ao serviço por



autoridades e vitimados por violências dos brancos. Na perspectiva de sua análise, Dean registra que tal política indigenista tivera origem nas primeiras décadas da colonização, quando o padre Nóbrega percebeu que o ajustamento de populações inteiras ao trabalho e aos hábitos cristãos só teria êxito com a restrição da perambulação livre pelo território e o aperfeiçoamento da vida aldeada:

Depois de uma década, a inconstância e o desenraizamento dos tupis desanimaram completamente os padres. Um de seus líderes, Manoel da Nóbrega, irritado com o incorrigível canibalismo e poligamia dos tupis e invejoso da influência dos curandeiros, conclamou uma guerra de conquista. Só quando os tupis fossem inteiramente derrotados cessariam sua constante belicosidade e nomadismo e só então poderiam ser fixados às terras, “que são suficientes para eles”, e doutrinados na fé. Outro jesuíta, José de Anchieta, acreditava que sua doutrinação só duraria na medida em que “haja alguém para fazê-los viver em sujeição e temor.” Outro ainda, Pero Correia, advogava negar utensílios de ferro àqueles que rejeitassem o cristianismo. As ferramentas, ao encurtar sua jornada, capacitavam-nos a passar o resto do tempo embriagando-se ou planejando guerras. Sem elas, “eles passarão fome e a fome é guerra dia a dia e em pouco tempo ela os conquistará”. Ele havia visto aldeias onde os nativos não possuíam ferro e lá “a fome era tanta entre eles que morriam de fome e venderiam um escravo [sic] por uma cunha de ferro (...) e também vendiam seus filhos e filhas”. A crueldade da proposta é equivalente à sua

impertinência porque eram as mulheres tupis e não os homens belicosos que praticavam a lavoura (DEAN, 1996: 77).



A propósito dessa e de outras formas de contato e interação social entre colonos europeus e populações indígenas ao longo do processo de ocupação/apropriação do solo espírito-santense, há que se observar que além da sabida violência e crueldade dessas interações, houve também contatos orientados por interesses práticos, de ambas as partes, especialmente, no caso do indígena, considerando as inúmeras dificuldades e grandes esforços necessários para obterem alimento da floresta.

Apresteza com que os tupis se engajaram no escambo com os europeus foi motivada em grande parte pelo desejo de poupar trabalho, expandir sua base de subsistência e evitar alguns perigos da floresta. As facas e machados de aço dos europeus eram ferramentas que reduziam em muito o seu trabalho porque eliminavam a faina extenuante de lascar pedra e lavar madeira e encurtavam em cerca de oito vezes o tempo gasto para derrubar árvores e esculpir canoas. Além disso, os anzóis de ferro inauguravam uma nova maneira de explorar os recursos alimentícios dos estuários. É difícil imaginar o quanto deve ter sido gratificante seu súbito ingresso na idade do ferro, o quanto isso foi transformador de sua cultura e o quanto foi destrutivo para a floresta. Um grupo caingangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século xx, lembrava-se que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito frequente, para apanhar larvas e mel. Muitos dos que caíam das árvores morriam – agora eles simplesmente derrubavam as árvores. Os portugueses procuraram manter os indígenas na dependência de utensílios de ferro e ameaçavam reiteradamente os ferreiros suspeitos de estarem usando parentes tupis como aprendizes (DEAN, 1996: 45).

Outro relato sobre a interação utilitária entre índios e colonos europeus, produzido por Wied (1989: 251) em seu contato com tribos aimorés localizadas entre o sul da Bahia e leste de Minas Gerais, nos idos de 1816, nos revela que:

Os Botocudos, que gostam de estar perto dos europeus por causa do proveito que daí tiram, também aprenderam, por experiência própria, que nos quartéis os mantimentos são, às vezes, parcos, motivo pelo qual alguns deles fizeram plantações. Havia uma dessas na margem norte do rio [Belmonte/Jequitinhonha], defronte do posto. Aí se erguiam algumas palhoças, em derredor das quais os selvagens haviam plantado bananeiras; entretanto, novamente as haviam abandonado, depois de terem enterrados alguns de seus mortos, sendo que, no retorno de então, chegaram até a queimar as choças; mas ainda conservaram as bananeiras, devido às frutas. Para cima do Belmonte, no território de Minas Novas, há outro lugar em que os Botocudos fizeram plantações; daí também se retiraram novamente para as florestas, tendo os Machacalis fundado no lugar uma aldeia, ou grande “rancharia”. Esses exemplos mostram que os Botocudos já se vão aproximando da civilização, mas provam, igualmente, que lhes é muito difícil renunciar à vida natural de caçadores errabundos, de vez que abandonam com tanta facilidade as plantações feitas por eles mesmos. Somente o aumento da população europeia e a diminuição dos territórios de caça podem induzi-los a uma mudança gradual do modo de vida.

Note-se que esse contato, que parecia a Wied amistoso na região do Belmonte/Jequitinhonha – a ponto de “pessoas já se aventuraram até a partir com eles para as grandes florestas, em caçadas de vários dias, e a dormir nas mesmas choças” –, contrastava com os relatos

sobre “os Botocudos, tão irreconciliavelmente hostis no Rio Doce” (Wied, 1989: 248), cuja agressividade era por ele compreendida como reação à violência empregada pelos colonos portugueses no trato com os nativos daquela região, especialmente considerando a *guerra justa* decretada contra eles pela Coroa portuguesa. Por esse conceito, os índios que resistissem à catequização ou que atacassem a fazendas dos colonos ou as aldeias onde outros grupos indígenas eram confinados poderiam sofrer o ataque dos portugueses para serem levados presos e escravizados ou forçados ao trabalho. Na prática, a *guerra justa* acabou servindo de pretexto para a escravidão generalizada dos índios. Wied já havia observado contraste semelhante entre diferentes grupos de puris quando de sua passagem por São Fidelis, na região do alto Paraíba do Sul, e posteriormente pela fazenda Muribeca, no sul do Espírito Santo:

As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por puris nômades que, nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de S. Fidelis. Havia pouco, em agosto, mês que precedera o da nossa visita, atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapua e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. (...) O feitor, que está sujeito a esses ataques dos selvagens, tomou-se de profundo ódio, acentuando, repetidamente, que mataria de bom grado o nosso jovem Puri. (...) É sem dúvida desagradável tê-los tão perto; mas deve ser lembrado que os colonos, pelo mau tratamento que

dispensaram aos habitantes aborígenes, logo no começo, foram os causadores principais dessa hostilidade. Nos primeiros tempos, a avidez de lucros e a sede de ouro aboliram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus (...) (WIED, 1989: 126–127).

Os relatos e análises apresentados acima nos permitem concluir que os comportamentos sociais dos diferentes povos que conformaram a diversidade identitária da população do Espírito Santo foram forjados no secular processo de apropriação territorial empreendido por grupos dedicados à agricultura, à pesca, à pecuária, à caça, à extração de madeiras – fosse para fins de subsistência ou para fins comerciais. Na dinâmica de reprodução da vida material daquelas sociedades nascentes, as visões de mundo, os propósitos e intenções que guiaram a colonização e a ocupação territorial, tanto quanto as possibilidades e desafios naturais encontrados, influenciaram fortemente as formas de interação social e a consequente formação das identidades.



## Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CUNHA, Maria José. *Os Jesuítas no Espírito Santo (1549–1759): contatos, confrontos e encontros*. Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2015.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MONTEIRO, John. A descoberta dos índios. D. O. Leitura. São Paulo: ano 17, n. 1, suplemento 500 anos de Brasil, pp. 6–7, maio 1999.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800–1830). *Revista Dimensões*, n° 9, 1999, pp. 99–123.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2ª ed., Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. O Território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 2002, pp. 153–187.

SCARANO, Fabio Rubio. *Mata Atlântica: uma história do futuro*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, Conservação Internacional, 2014.

SIMONATO, Juliana S. *A Capitania do Espírito Santo sob a égide dos Felipes*. Escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580–1640). Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil [1815–1817]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

## 4 Imigração e Mestiçagens: representações espaciais na conformação do capitalismo agrário e urbano ou a modernização conservadora no Espírito Santo

Dissemos na introdução deste livro que um dos principais objetivos do processo educativo, aqui considerado, é o autorreconhecimento do aluno como parte ativa da sociedade, fruto do processo de intensas mestiçagens, como um elemento integrante de uma comunidade específica do Espírito Santo. Implica dizer que compartilha valores, tradições, visões de mundo etc. Nesse sentido, a narrativa histórica pode ser utilizada como um *meio* de trazer à consciência esses valores, tradições e visões de mundo coletivas, as quais não aparecem, na maioria das vezes, de maneira explícita, mas como elementos subsumidos à prática social, à realidade cotidiana, à maneira como o grupo efetivamente trabalha, cria os filhos e modifica o espaço para viver.



Como estamos no tempo presente e buscamos entender a presença humana no atual território do Espírito Santo, somos levados a pensar nos múltiplos usos e significados que o espaço adquiriu e as disputas, mesmo aquelas sobrepostas no tempo, que os diferentes ocupantes estabeleceram na capitania. Falamos, portanto, de projetos de uso e ocupação do espaço na longa duração, numa gama de confluências de usos práticos e simbólicos – desde o território de perambulação, coleta, caça, pesca e cultivo de roças dos grupos nativos primitivos, até o espaço de reprodução do capital, eivado de valores e representações legais e simbólicas, de uma sociedade em que o presente surge como aglomerado confuso



de superposições de memórias individuais e coletivas; um campo de batalhas em que vencidos e vencedores, antigos e modernos, permanecem vivos como fontes para as construções da história.

A começar pela imigração dos primeiros portugueses, vindos de diversas partes do Reino – ou, nos termos de Russel–Wood, do “mundo português”, um espaço geográfico amplo e variado de fluxos de pessoas, produtos e ideias composto por Portugal, arquipélagos atlânticos da Madeira, Açores e Cabo Verde, domínios nas Américas, na África, na Índia e no extremo Oriente (CUNHA, 2005), sabemos que a criação, em 1536, do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, por bula papal a pedido do rei d. João III, provocou uma diáspora de judaizantes ou *cristãos novos* por todo o então império luso, tendo várias dessas famílias desembarcado no Brasil e se engajado na administração colonial, na construção de engenhos de açúcar, no comércio e em ofícios urbanos (COSTA, 2002). Muitos vieram para o Espírito Santo, fosse por decisão própria, fosse para cumprir penas de degredo por seus supostos crimes contra a fé católica (SALVADOR, 1994). Disso há, inclusive, uma opinião equivocada que já virou senso comum, de que o povoamento teria sido feito com “criminosos”. Se o foi, grande parte teria sido condenada por professar fé diversa ou crimes banais.

Outra leva de imigrantes foi aquela composta por grupos familiares vindos dos Açores, onde já dominavam técnicas de cultivo e a construção de engenhos, produção de cana e o fabrico de açúcar e aguardente. Também já estavam adaptados ao regime de capitânicas hereditárias e eles atravessaram o Atlântico para impulsionar a produção açucareira no Brasil. Na capitania do Espírito Santo, pode-se perceber a presença ancestral da família Canto, encontrada na ilha de São Miguel, em que Pero Anes do Canto era governador e teria

enviado navios com famílias inteiras de lá para povoar as vilas, a pedido do rei dom Sebastião, por volta de 1571.

Em nossa compreensão, foi a partir dessa presença marcante de portugueses que se deu início a um intenso processo de *mestiçagens* e à maneira como historicamente se constituiu o povo capixaba, até o tempo presente. Primeiro, porque foi no confronto com o europeu que os grupos nativos foram aldeados coletivamente e se quebrou a antiga distinção e isolacionismo espacial de cada grupo no seu território, alguns até adversários entre si. Os “descimentos” e aldeamentos feitos pelos jesuítas e colonos serviram em grande parte para desconstruir identidades grupais e incutir os valores cristãos e a organização social do trabalho do “mundo” do homem branco na população primitiva. Aliás, essa operação visava a *des-territorializar* o nativo, isto é, desconstituir a sua subjetividade, o entendimento que tinha de si mesmo como elemento do território em que vivia, *retirá-lo* da natureza, destituí-lo de sua índole *selvagem* enquanto membro de um determinado grupo, a fim de que passasse a viver confinado no mundo do trabalho, como escravo (“peça da terra”), trabalhador forçado (“índio forro”) ou mestiço, nos espaços colonizados (SIMONATO, 2017). De qualquer maneira, a sua presença junto dos estabelecimentos dos colonos era essencial como mão de obra para a realização de todos os trabalhos necessários à produção econômica, aos espaços domésticos e às tarefas dos espaços públicos nos domínios portugueses no Espírito Santo.

Importa aqui tratar da mestiçagem porque a primeira delas é a que se faz nas aldeias jesuíticas ou nos canaviais e engenhos da “nobreza da terra”, para proveito econômico e social do colonizador. Mestiçagem também promovida pelo contato dos homens brancos com índias, a dar origem a um novo grupo social — meio-branco,

meio-índio — que iria acrescentar ao povoamento da terra e fornecer homens para a guerra e a conquista, trabalhadores e trabalhadoras braçais, pobres e despossuídos, que orbitavam as vilas e fazendas, engenhos e cais dos portugueses, fornecendo-lhes serviços urbanos e agrícolas de toda espécie.

Quem era, afinal, essa “nobreza da terra”? Hierarquicamente, havia as famílias mais antigas ligadas à fundação das próprias vilas e conquistadores daquela região que formaram as redes de influência na política e na economia e mantinham relação direta com o soberano através de cartas e petições da Câmara. Sobre o donatário recaía a escolha do provedor, espécie de administrador da capitania, e o ouvidor, encarregado do exercício da justiça. Quando o próprio donatário não governava, era indicado um capitão-mor para substituí-lo, também encarregado da defesa da capitania.

Depois, vinham os funcionários nomeados diretamente de Lisboa pelo rei ou pelo governador-geral situado em Salvador. Os principais cargos a serem preenchidos eram os de almoxarife, feitor, escrivão da alfândega da fazenda, escrivão da ouvidoria; havia ainda os cargos de defesa e infantaria e muitos outros que nem sempre eram preenchidos na capitania, até mesmo por falta de pessoas interessadas em vir ao Brasil. Muitos cargos, apesar das nomeações, nunca chegavam a ser ocupados e isso às vezes gerava problemas e disputas entre as autoridades que os desejavam acumular com os cargos que já detinham.

O conjunto de interesses da Coroa articulava-se aos interesses dos donatários e capitães-mores, dos governadores-gerais, dos ocupantes de cargos etc. De outro lado, articulavam-se interesses privados dos moradores, comerciantes, donos de engenhos, donos de embarcações e outros homens da “nobreza da terra”, isto é, aqueles

que reivindicavam seus merecimentos por sua participação na conquista da terra. Eram os representantes das famílias mais antigas e influentes da capitania, que se associavam em redes políticas e comerciais para facilitar os negócios e a ocupação dos cargos, inclusive da Câmara de Vitória. Muitas vezes essas pessoas se serviam de sua influência política ou distinção social para alcançar negócios muito lucrativos relacionados com a guerra, o apresamento e o comércio de índios, ou a concessão de favores da Coroa.

Quanto aos nativos, se até os meados do século XVIII era nítida a distinção jurídica entre índios catequisados, incorporados à rotina dos espaços coloniais, e índios “bravos”, a partir do governo do Marquês de Pombal um conjunto de leis estabeleceu aos poucos uma igualdade *formal* de direitos entre índios e colonos brancos — todos eles, súditos do rei de Portugal. O objetivo dessas leis, confirmado na Carta Régia de 1798, era o de integrar a população indígena à sociedade luso-brasileira preferencialmente por meio da educação, da catequização, do comércio e da mestiçagem. Tanto que, com a expulsão dos jesuítas em 1759, as antigas reduções foram elevadas à categoria de *vilas*, sendo-lhes garantido um espaço de autonomia para gerir o cotidiano dos grupos indígenas ali estabelecidos.

Em outras palavras, no pensamento político do antigo regime português, a ideia de “autogoverno” estava profundamente associada à função social das repúblicas, entendidas como partes de uma monarquia pluricontinental. A principal função dos índios na América portuguesa era trabalhar: para o Estado, para os particulares e para si próprios. A autonomia que os índios das vilas do Espírito



Santo receberam e que lhes permitia o exercício do “governo econômico de suas povoações”, como afirmava a Carta Régia de 1798, podendo gerir, sem a tutela de diretores, a vida cotidiana e social de suas povoações, estava profundamente ligada, portanto, ao exercício de suas funções, isto é, trabalhar. E isso eles faziam sem maiores lamentações, como bem notou Saint-Hilaire, pois era a contrapartida necessária para o exercício do autogoverno de suas comunidades, fato, contudo, que escapou a Saint-Hilaire e a outros observadores do *modus vivendi* dos índios nesse período (MOREIRA, 2011).



No Espírito Santo, as maiores vilas indígenas — geridas total ou parcialmente por autoridades indígenas (juizes, vereadores) reconhecidas pelas administrações luso-brasileiras —, foram Benevente (Rerigtiba,

atual Anchieta) e Nova Almeida. Esta última, em especial, desempenhou importante papel estratégico no projeto português de incorporação dos grupos indígenas — não só por seu tamanho populacional (na década de 1820, apenas essa vila abrigava mais de 3 mil indígenas — ou, cerca de 52% da população indígena livre, ou “civilizada”, do Espírito Santo<sup>5</sup>), como também por sua localização geográfica, vale dizer: na fronteira entre os “espaços policiados” do Espírito Santo (Vitória, Serra e adjacências) e os “sertões” não policiados, isto é, os interiores não civilizados, não controlados militar e culturalmente pelas estruturas luso-brasileiras de poder — em especial, a região do vale do rio Doce e adjacências, “infestadas” por índios “bravos” ou “tapuias” (MOREIRA, 2011).

Segundo Vânia Moreira (2011), tais vilas eram estrategicamente importantes para o projeto socioeconômico do Estado luso-brasileiro porque funcionavam como estoques de mão de obra relativamente disciplinada, a ser empregada em obras públicas e serviços diversos para os governos — tanto provincial quanto imperial — e também para particulares. Por outro lado, seus moradores eram recrutados para combater os “tapuias”, destruir quilombos e prender escravos fugidos. Se a violência dos recrutamentos forçados e o excesso de trabalho provocavam o efeito contrário àquele pretendido pelas autoridades centrais — ou seja, a volta de indígenas “civilizados” para os sertões —, a observância dos valores brancos por parte desses índios “mansos” lhes conferia, em troca, um espaço de afirmação e exercício efetivo de suas demandas e valores

<sup>5</sup> Segundo Vânia Moreira (2011), estimativas populacionais da década de 1820 dão conta de que os índios “civilizados” correspondiam a pouco mais de 25% da população livre da Província do Espírito Santo — ou, 5.788 nativos em um universo de 22.165 almas. Se somarmos a esse contingente o número estimado de índios dos sertões — ou, “selvagens” —, chegaremos ao impressionante índice de 61% da população regional total.

– notadamente no que se refere à posse de suas terras contra a ocupação irregular de colonos brancos e à manutenção de sua liberdade.

Nesse sentido, a referida autora compreende as vilas indígenas do Espírito Santo como “zonas transculturais de contato”, isto é, locais onde “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas” oportuniza o cruzamento de suas trajetórias, em um processo de mestiçagem biológica e cultural que transcende a clássica compreensão de “aculturação”, na medida em que “ao ingressarem no mundo policiado, pelo uso da força e/ou da persuasão, [as populações do sertão] não se tornavam um reflexo fiel ou mal-ajambrado da ‘civilização cristã’ europeia”, mas, antes, buscavam acomodar e adaptar suas práticas e valores ao mundo branco, a fim de que pudessem, de alguma forma, perpetuar-se nesse novo mundo — ainda que transmutados.

Por isso mesmo, em lugar da ideia de uma “aculturação” bem-sucedida ou não, a História e as Ciências Sociais têm mobilizado e trabalhado com conceitos mais dinâmicos e relacionais, como transculturação, hibridização e mestiçagem, por exemplo, para dar conta da complexidade dos conflitos e das acomodações que moldaram as sociedades coloniais e pós-coloniais da América (MOREIRA, 2011).

A essa imensa massa de rostos nativos, de sangue indígena e mestiço, somaram-se ainda as miscigenações ocorridas nos portos de

Angola, Guiné e na Costa da Mina, onde os navios “tumbeiros” reuniam os lotes de prisioneiros e os embarcavam sem distinção de grupos de origem para destinos no Brasil, na região do Prata, ou outras partes das Américas. Ao desembarcar, também esses “imigrantes compulsórios” eram dirigidos ao mundo do trabalho, em condição escrava, e ali se fundiam a índios, mestiços e brancos e promoviam a diversidade étnica do povo brasileiro e, por conseguinte, da capitania capixaba.

No início do século XVII, poucos eram encontrados nos engenhos e vilas. Somente ao fim dessa centúria o número deles aumentou em consequência da abertura de fazendas no vale do Cricaré (ou São Mateus) e nas imediações de Vitória. No século XIX, com a implantação da lavoura cafeeira, a presença africana se dissemina nas fazendas do sul e em Vitória, concorrendo com a economia açucareira. Da mesma forma que ocorria com os nativos, também os africanos eram *des-territorializados* e *re-territorializados* neste lado do Atlântico, totalmente desprovidos de todas as pessoas de seu convívio e objetos de sua cultura material, sendo submetidos a um violento processo de desconstituição de sua subjetividade, a fim de que passassem a se entender como seres desprovidos de vontade própria, a se comportar como propriedade de alguém, como mercadoria adquirida e submetida ao mundo do trabalho.

Havia também enorme contribuição de miscigenados oriundos de outras regiões do Brasil, como os cearenses que fugiam das secas e constituíam grupos migrantes, cuja história dificilmente poderá ser detalhada, devido à ausência de registro da presença desses trabalhadores pobres e despossuídos de terras agricultáveis.

Contudo, a historiografia disponível nas bibliotecas e livrarias sobre o Espírito Santo considera a *imigração* um tema que só mereceu atenção a partir da chegada de grupos de famílias de europeus, iniciada

em meados do século XIX até o início do XX. Tal imigração branca teria sido a alternativa para retirar a província de uma suposta condição de “letargia” ou “atraso” em que historicamente se encontrava. Vejamos como a respeito pensa o historiador Gabriel Bittencourt (2012: 136):

O contingente desses imigrantes [italianos] aqui aportados representava algo de substancial da população do Estado, aproximadamente 40% dela (...). O que importa, no entanto, é que, indubitavelmente, a imigração italiana foi um formidável fator de crescimento da economia cafeeira local. O café ligou decisivamente o Espírito Santo à economia tropical de exportação, a principal fonte de divisas do país no século XIX. Apesar das crises em potencial trazidas no bojo da monocultura, o café colocou a região capixaba em contato com a modernização material daquela época.



Prossegue o autor:

É também importante reafirmar aqui, que a participação da economia capixaba no processo de internacionalização do

Brasil, que sobreveio à inversão portuguesa, somente ocorrerá a partir da implantação da cafeicultura no Espírito Santo, cujo desenvolvimento marcará, em bases territoriais favoráveis à província, sua ligação ao mercado internacional. Em que pese o diminuto território restado ao longo do seu processo histórico, hoje correspondente apenas a 0,53 da superfície do país, o avanço da franja do café sobre a terra capixaba irá promover o desbravamento da floresta, antes indevassável e proibida, o incremento da imigração sistemática e a fixação do imigrante europeu, a construção de estradas e da navegação a vapor e, já no final do período, a implantação da ferrovia, enfim, de toda a infraestrutura que introduziu o Espírito Santo, verdadeiramente, no século XIX (BITTENCOURT, 2012: 136–137).

Note-se que essa narrativa historiográfica busca construir uma correlação íntima e direta entre cafeicultura/imigração/modernização, à qual se atribui a entrada do Espírito Santo na modernidade europeia da virada do século XIX para o XX. Vejamos outro exemplo que repisa o mesmo mantra:

A partir da segunda metade do século XIX, começam a ocorrer, no Brasil, alguns movimentos importantes que vão criar novas perspectivas na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Nesse quadro inicial de mudanças se incluem, num contexto reformador, a transição do trabalho escravo para o

trabalho livre, a instalação da rede ferroviária, a entrada de imigrantes estrangeiros, o movimento republicano, as tentativas de industrialização e o desenvolvimento do sistema de créditos. Esses movimentos derrubaram obstáculos na trajetória do Brasil para a modernidade e para a urbanização (SIQUEIRA, 2010: 567).

Entretanto, há na produção intelectual sobre o Espírito Santo análises que confrontam o possível excesso de otimismo presente na narrativa sobre a natureza e significado da “modernidade” capixaba. O naturalista capixaba Augusto Ruschi, por exemplo, contrapunha a almejada expansão da fronteira agrícola nas regiões povoadas predominantemente por imigrantes italianos – como no caso de sua cidade natal, Santa Teresa – ao processo de devastação impiedosa da Mata Atlântica, criticando o que chamava de “agricultura empírica” (derubada e queimada indiscriminada da floresta primitiva, sem a observação de técnicas de manejo dos recursos naturais e de cuidados mínimos prescritos pelo código florestal então vigente), bem como a representação social das matas feita por esses pequenos agricultores que as concebiam como um elemento “hostil” e “voraz”, “que lhes obrigavam a tanto [à “devastação completa” de seu ambiente natural], para não serem vencidos pelos problemas de insalubridade da região em que trabalhavam, para que pudessem vencer, e dar melhores condições de vida aos seus descendentes” (RUSCHI, 1949: 1–2).

No *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, de 28 de janeiro de 1951, Ruschi discutiu o tema da preservação do mundo natural a partir do reflorestamento e da manutenção do equilíbrio ecológico (respeito à diversidade da flora e fauna tropicais), abrindo o artigo com

uma crítica à introdução de espécies exóticas em solo capixaba. Num primeiro momento, ele se deteve sobre a monocultura do café – essa rubiácea africana que, desde o século XIX, teria encarnado, simultaneamente, a glória e a perdição do Espírito Santo. Segundo ele, o café foi “nossa grande riqueza, mas, indubitavelmente, ele entrou como um conquistador inimigo”, pois, se seu cultivo em terras capixabas, “a partir de 1837”, funcionou como mola mestra para o processo de povoamento do interior do estado e de interiorização do desenvolvimento, significou também a destruição de nosso patrimônio natural:

De 1875, quando maior foi o incentivo da cultura cafeeira pela constante chegada dos emigrantes Europeus, que a essa lavoura vieram se dedicar, e se bem que em 1926 ainda possuíamos 70% do território espírito-santense em florestas virgens [...], hoje que somos cerca de oitocentos mil habitantes no E. E. Santo, não possuímos sequer dez mil quilômetros quadrados, ou seja, menos de 23% do nosso território em florestas primitivas; destruimo-las da maneira mais impiedosa e funesta: pela queimada e derubada. A machado e a fogo é que foram se abrindo na mata as clareiras para o plantio do café civilizador, mas ao mesmo tempo devastador (RUSCHI, 1951: 1–2).

Portanto, na virada do XIX para o XX, observou-se no estado um processo de “modernização” da estrutura socioeconômica, mas que foi acompanhado por um movimento muito acelerado de destruição das florestas nativas — em especial, as do norte do estado, onde



também se verificava a expansão das fronteiras para a lavoura de café: se entre os séculos XVI e XIX estima-se que o Espírito Santo tenha mantido entre 85% e 90% de sua cobertura vegetal original, na passagem dos oitocentos para os novecentos esse percentual havia caído para 65%, enquanto que durante a primeira metade do século XX a Mata Atlântica capixaba já havia sido reduzida a cerca de 1/3 de sua cobertura original (BORGO, ROSA & PACHECO, 1996; SANTOS, 2016).

De fato, a grande expansão ocorrida por décadas no plantio do café, que tinha vitimado a maior parte da cobertura vegetal e ocupado terras produtivas e improdutivas, merecia tratos de modernização das técnicas de plantio para melhor aproveitamento das terras e aumento da produtividade, além de melhor assistência às famílias produtoras. Apoiado por “técnicos” com forte influência política no governo estadual, a administração federal entendia que a crise dos preços da saca do café no mercado internacional era simplesmente ocasionada pelo excesso de produção de cafés com baixa qualidade técnica, produzidos em terras esgotadas nas pequenas propriedades familiares.

Por causa desse entendimento, o Espírito Santo foi incluído de maneira dramática no Plano de Erradicação dos Cafezais, executado entre 1963 e 1967, sob o argumento de que a economia brasileira precisava livrar-se da dependência dominante do café. Foram arrancados cerca de 70% da área plantada com café no Espírito Santo, enquanto o percentual nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná ficou em torno de 30% (SIQUEIRA, 2010b). O próprio governador capixaba, Christiano Dias Lopes Filho, considerou que aquele programa continha erros que fragilizavam a economia do estado ao retirar 60.000 postos de trabalho no campo sem oferecer alternativas de emprego e renda à população diretamente afetada.

Tal política pública forçou levas de agricultores familiares a abandonarem suas terras, deslocando-se para as periferias de Vitória e municípios vizinhos, onde também não foi implementada uma política habitacional que as acomodasse. Se tomarmos a década de 1960 como marco para as transformações do perfil socioeconômico do Espírito Santo, poderemos compreender a conjugação do êxodo rural com o processo de industrialização da Grande Vitória — ou, do esforço político em “liberar” a mão de obra ocupada no campo para responder à demanda urbana dos incipientes empreendimentos industriais de grande porte —, fatores esses que alteraram não apenas o perfil populacional (inversão da relação socioproductiva campo–cidade) como também o fluxo migratório de trabalhadores e trabalhadoras de outras unidades da federação — notadamente, do norte fluminense, sul da Bahia, norte de Minas Gerais e Zona da Mata mineira — em busca de oportunidades de emprego nas cidades capixabas em expansão, em especial a partir da década de 1970 (SIQUEIRA, 2010b: 129).

Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo: 1940-1980					
Fonte: Siqueira, 2010b: 118.					
Anos	População total	População Urbana	%	População Rural	%
1940	790.149	158.025	20,0	632.124	80,0
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.384	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.335	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.063.679	1.324.701	64,2	738.978	35,8

No transcorrer da década de 1950–1960, a trajetória de desempenho das migrações internas no e para o Espírito Santo — concentradas, sobretudo, na Grande Vitória — foi ainda mais acentuada, chegando os quatro municípios a concentrar 185.119 pessoas, um crescimento de 82%. Apenas a população de Vila Velha, no período, cresceu 140%. Cariacica chegou a 82%; Vitória 63%; e Viana começou a inverter sua perda de população com o crescimento de apenas 11% no mesmo período. Tal expansão urbana implicou em acréscimo do consumo de energia elétrica, além de ter provocado impactos no abastecimento, nos transportes, nos serviços médico-hospitalares etc. (RIBEIRO, 2013: 134–135).

Acirravam-se, assim, ainda mais as condições já precárias da vida urbana na Grande Vitória, num processo que vitimava igualmente agricultores brancos, negros e mestiços que engrossavam as favelas e mudavam a face urbana da antiga capital. Conforme mostraremos no artigo *Ideologias e projetos de “desenvolvimento”: da lama ao caos*, por nós publicado, o “êxodo rural” em direção à Grande Vitória somou-se à própria tendência de crescimento populacional que essa região vivia, provocada pela montagem dos Grandes Projetos empresariais, ao mesmo tempo em que a democracia era restrita no país.

É interessante perceber que, a partir desse processo, a região da Grande Vitória se formou na diversidade étnica e cultural que conhecemos hoje. A começar pelos descendentes de grupos Tupiniquim, cujas terras no município de Aracruz foram, em grande parte, ocupadas pela Aracruz Celulose S/A, as quais, após anos de intensa disputa, foram parcialmente devolvidas àquele povo, há muito ali assentado, ao qual se somou o grupo Guarani Mbya, que recriava no estuário do Piraquê-açu a sua mítica “terra sem-males”, de milenar tradição. Ou seja, esse grupamento social tradicional ali transformava o espaço em



território ao projetar nele a sua subjetividade como povo nativo, cuja existência estava intrinsecamente relacionada à ancestralidade e às práticas culturais referenciadas no uso da terra. Ali recriaram seu sistema de representações simbólicas através de rituais endógenos, praticados no cotidiano das aldeias.

Além disso, eles também são portadores de saberes como o fabrico das panelas de barro e de manifestações

folclóricas populares, como as “bandas de congos”, em que praticam a devoção católica do povo capixaba, num processo iniciado há séculos pela Igreja. Trata-se, a nosso ver, de eficaz elemento simbólico de agregação daquela parcela da população mestiça capixaba, em que a genética indígena se faz presente, ainda que de forma inconsciente, em uma tradição folclórica que é, geralmente, atribuída aos negros. Afinal, é muito comum as pessoas dizerem que “minha avó foi pega a laço na mata”, numa clara referência ao processo de mestiçagem que deu origem ao nosso povo.

Quando tratamos do povo afrodescendente, comumente classificado entre negros e pardos – indicativo da *mestiçagem* –, é difícil dar conta da universalidade de sua presença na cultura e na formação das identidades coletivas do Espírito Santo. Isso porque o êxodo de agricultores

familiares que demonstramos acima desalojou comunidades tradicionais que viviam em enclaves em todas as regiões do Espírito Santo. Porém, é das regiões mais fortemente marcadas pela presença do “braço” escravo que parte a sua dispersão para a capital e interior montanhoso, somando-se à forte presença de negros e pardos livres que viviam das atividades portuárias e urbanas de Vitória no século XIX e que não obtiveram acesso à propriedade da terra no processo de “abolição” e ao longo do século XX. Segundo Nara Saletto (2000), a presença predominante de “não-brancos” na população capixaba é atestada em todos os censos demográficos que registraram a cor, desde 1872 até 1950, e, embora o censo de 1940 tenha registrado um forte “branqueamento” dessa população – devido à entrada massiva de imigrantes europeus no final do XIX e de sua reprodução nas décadas seguintes –, o número de pretos e pardos continuou bastante significativo, especialmente na comparação com as estatísticas relativas ao resto do Brasil.

Proporção de Não-Brancos na População (em %)					
	1872	1890	1940	1950	1960*
Brasil	61,9	56,0	35,8	37,5	-
DF, SP, SUL	48,7	38,2	16,3	15,8	39,1
E. Santo	67,6	57,9	38,4	41,3	-
R. Janeiro	61,3	57,0	39,9	39,9	-
M. Gerais	59,3	59,4	38,6	41,4	-

Fonte: Saletto, 2000: 107.

\* Em 1960, a cor só foi registrada em alguns estados.

Apesar do processo de mestiçagem, os afrodescendentes mantiveram como elementos de coesão seu sistema de crenças e manifestam suas religiões de devoção aos orixás – sincretizados na cosmogonia devocional da religião cristã. Dessa forma, por estratégias continuadas de resistência e adaptação desde a condição escrava, reconstruíram sua *territorialidade* nos espaços possíveis de convivência com a sociedade branca. Quando os indivíduos dessa tradição cristã festejavam o nascimento de Cristo e afrouxavam o trabalho no eito, também as senzalas festejavam/folgavam – o verbo *folgar* denota a estratégia – em louvor a São Benedito, o santo negro de ascendência etíope acolhido para louvor pelo povo capixaba! São dessa matriz as geniais criações dos Reis de Bois, dos Bois Pintadinhos, das Folias de Reis, dos grupos de Jongos e dos Caxambus, dos Bailes de Congos (Ticumbi) que colorem e alegrem as cidades capixabas dando o tom de sua religiosidade cantada em narrativas que mesclam os feitos bíblicos e memórias da terra-mãe-África, do tempo da escravidão, do suplício e da saudade, da fé no santo salvador. Ou ainda, narrativas de amores idealizados em “Madalenas” e em façanhas heroicas dos brincantes com que as bandas de congos divertem e desafogam a opressão de suas vidas.

O elemento negro/pardo formou a ampla camada de famílias mais pobres urbanas capixabas que vivem ainda hoje das tarefas agrícolas sazonais do agronegócio, do pequeno comércio e nos empregos semiqualeificados dos setores industriais. Empurrados para as regiões urbanas das cidades, são ainda identificados em sua habilidade adaptativa no bairro Zumbi, em Cachoeiro de Itapemirim, ou no Morro de São Benedito, em Vitória, ou ainda nas comunidades “quilombolas” de São Mateus e Conceição da Barra, ou em Monte Alegre e Cacimbinha, no sul do Espírito Santo. Mas toda essa tradição cultural do

negro/pardo no universo do trabalho, novamente digerida e ampliada em resistência ao capitalismo em suas formas modernas de submissão, foi mais uma vez renovada, atualizada, *re-territorializada* no universo cultural do *Hip-Hop*, na sonoridade das pick-ups dos MC's dos bailes *funks* e nas estratégias políticas de imensos grupos de migrantes baianos, mineiros e nordestinos que se mesclaram ao povo do Espírito Santo e deram origem a uma pós-modernidade própria, universal, latino-americana e capixaba a um só tempo!



Outra matriz cultural majoritária é formada pela entrada maciça de imigrantes europeus. Como já frisamos em outras partes, o fluxo de portugueses não cessou com a Independência. Ao contrário, ao longo do século XIX até a conjuntura das guerras mundiais, os

portugueses imigraram em larga escala para todo o Brasil e se fixaram em pequenos negócios urbanos como restaurantes, padarias, barbearias e no pequeno comércio. No Espírito Santo, a eles se somaram ainda um grupo de imigrantes libaneses que, ao praticarem o comércio itinerante dos “mascates” desde a segunda metade do século passado, travaram contato com as mais variadas e remotas regiões capixabas e vizinhas, onde também praticaram intensas trocas culturais e acumularam riqueza. Ainda hoje as pessoas dessa origem no Oriente Médio guardam memórias coletivas e laços familiares com parentes muçulmanos que conferem a esse grupo social capixaba aspecto transnacional, muito acima dos contornos do território brasileiro. Pode-se, assim, dizer que o Espírito Santo é hoje um território inscrito num processo de territorialidades sobrepostas, de subjetividades múltiplas.

Mas o grande grupo de origem europeia que veio povoar o espaço capixaba foi aquele formado originalmente nos núcleos coloniais concebidos para o empreendimento agrícola cafeeiro e, ao mesmo tempo, promover o *branqueamento* paulatino da população mestiça, negra e indígena. População de origem camponesa pobre, submetida aos revezes das lutas nacionais nas guerras de unificação política na península italiana, na Prússia–Renânia e, pouco depois, no desmoronamento do império austro-húngaro. Essa população reeditou o projeto de um novo “Canaan”, demarcado sobre as possibilidades de um novo começo desses grupos étnicos e sociais *des-territorializados* pelos “movimentos de conjunto” do sistema capitalista no mundo, na feliz expressão de Fernand Braudel (RIBEIRO, 2011).

Beneficiados pelo ideário racista do século XX que negava o acesso de mestiços, negros e índios à propriedade, a eles foram destinadas



aquelas terras em que, em texto anterior, discutimos a presença indígena aldeada ou em perambulação, e de grupos aquilombados que, sob o ponto de vista dos governantes portugueses, impediam a expansão e o aproveitamento agrícola do Espírito Santo. Posteriormente, a historiografia que agora criticamos entendeu que as terras que foram a eles distribuídas, e que hoje formam vários municípios do interior capixaba, juntamente com as terras “devolutas”, isto é, públicas que formavam o estoque disponível da então província, formavam “vazios demográficos” no território capixaba (BITTENCOURT, 2006).

Ao chegarem ao Espírito Santo foram conduzidos para os rincões onde estavam as suas glebas e então conheceram a Mata Atlântica, sua magnitude e sua abundância, que lhes impunha pesados sacrifícios de adaptação. *Des-territorializados* para um ambiente hostil, tórrido e úmido, riquíssimo em terras e pobre em oportunidades e matérias primas, esses grupos fizeram dos núcleos coloniais o centro de sua sociedade e, do café, a mola-mestra de identidade. Tinham nas arcas os elementos de sua cultura, os missários e bíblias em língua mátria, suas roupas, objetos pessoais e relíquias de famílias com que se apoiaram para “recriar” o seu mundo natal, para conceber o espaço e o isolamento necessário para se recomporem enquanto grupo



étnico, cada qual apoiado nas suas tradições e memórias coletivas. Assim se *re-territorializaram* no Espírito Santo, dando aos seus topônimos verdadeira ligação do Novo Mundo com as suas cidades de origem. Nesse processo, Veneza se fez *Nova Venécia*, e outros lugares são batizados de Tirol, Lombardia, Germânia entre outros apelidos afetivos que remetem ainda hoje à origem dos primeiros imigrantes.

Tanto quanto outros grupos, sofreram com as políticas de arranco industrial, com a erradicação dos cafezais e com a urbanização forçada dos anos 60 e 70. Enquanto antes viviam quase que em isolamento entre indivíduos e famílias da mesma origem, a nova leva de proprietários de terras que avançava para os limites dos seus antigos povoados, já atuando sob a racionalidade da acumulação capitalista que preconizava abertura de estradas, a derrubada e queimada da floresta e o seu uso intensivo, os impulsionou também para as cidades em busca das facilidades da vida urbana, desconstruindo sua herança cultural e promovendo a mescla com as demais etnias presentes no espaço capixaba. Mesmo assim, as tradições – trazidas, criadas e recriadas – foram mantidas no gigantesco arcabouço cultural do Espírito Santo. São dessa tradição o culto luterano e a arquitetura do norte da Europa, os diferentes dialetos – alguns já extintos nos países de origem –, uma

rica culinária, música, dança e muitos outros elementos identitários que hoje lhes servem de tradução à sua origem imigrante.

Podemos concluir, portanto, que o longo processo que culminou com a imensa diversidade étnica e cultural característica do Espírito Santo foi marcado por diferentes estratégias e esforços de *re-territorialização* por parte dos diversos grupos sociais que aqui aportaram — ou que aqui já viviam —, desde os primeiros contatos com a matriz socioprodutiva e cultural lusitana, bem como com os desafios e possibilidades colocados pelo ambiente tropical da Mata Atlântica capixaba, pelo desenvolvimento do capitalismo agrário e do fenômeno urbano-industrial. Nesse processo, as interações transculturais — violentas e/ou negociadas — ensinaram valores, representações e formas de sociabilidade que revelam tanto permanências quanto inovações culturais, em uma dinâmica permanente e sempre inacabada de construção das identidades.

## Referências:

- BITTENCOURT, Gabriel. A imigração no Espírito Santo. In: BITTENCOURT, G. e RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs). *Espírito Santo um painel da nossa história II*. Vitória: Secult, 2012.
- BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BORGO, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810–1960)*. Vitória: Edufes, 1996.
- COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580–1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. 2v.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500–1625). In: CARDOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial I (1443–1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798–1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Débats, 31 janeiro 2011. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/60746>>. Acesso em 18 de setembro de 2017 (sem indicação de páginas).

- SALETTTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. Revista *Dimensões*, vol. 11, jul/dez 2000, pp. 99–109.
- SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535–1700)*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES/Departamento Estadual de Culura, 1994.
- SANTOS, Leonardo Bis dos. *A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente*. Vitória, UFES, 2016. 347 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- SIMONATO, Juliana S. *A Capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580–1640)*. Tese (doutorado em História), UFMG, 2017.
- SIQUEIRA, Maria da Penha S. *A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século xx*. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 12, n. 24, 2010a, pp. 565–584.
- \_\_\_\_\_. *Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória (1950–1980)*. 2ª edição. Vitória: Grafitusa, 2010b.
- RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, vol. 18, nº1, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100005)>.

- RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Excelsos Destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896–1968*. Vitória: Edufes, 2013.
- RUSCHI, Augusto. *As Reservas Florestais e Biológicas do Estado do Espírito Santo e a Proteção à Natureza. Atos oficiais de sua criação*. Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, Série Proteção à Natureza, n. 1A, Santa Teresa-ES, 26 de junho de 1949.
- \_\_\_\_\_. *O café e as florestas naturais do Estado do Espírito Santo*. Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, série Proteção à Natureza nº 06. Santa Teresa-ES, 28 de janeiro de 1951.

## 5

## Ideologias e projetos de “desenvolvimento”: da lama ao caos

Neste artigo trataremos da questão do meio ambiente e da diversidade das identidades étnicas num contexto de aplicação de políticas de crescimento do produto industrial capixaba e favorecimento à atração de investimentos industriais de grande vulto econômico. As ideias aqui expressas são da história econômico-social e da história ambiental do século XX e XIX. Nessa dupla abordagem, deparamo-nos todo o tempo com evidências das manipulações e práticas do aparelho de Estado, o qual, em sintonia com interesses predatórios de conglomerados industriais, beneficiado pela conveniente parcialidade de uma imprensa acrítica e livre de uma intervenção qualificada e pró-social da Universidade, tem perpetuado, sem maiores questionamentos, um modelo de crescimento econômico incompatível com a diversidade biológica, social e cultural do Espírito Santo.

O Espírito Santo é um território de grande complexidade social, étnico-cultural, ambiental e socioeconômica. Basta dizer que ocupamos apenas de 0,5% do território nacional e somamos somente 1,82% da população brasileira atual. Ou seja, nosso território é diminuto e somos parcela ínfima da população brasileira. No entanto, operam os portos capixabas alguns dos maiores conglomerados empresariais brasileiros, companhias com grande alcance econômico no contexto nacional e internacional que exercem larga influência nos meios

governamentais e possuem forte dependência da exploração dos recursos naturais no estado e no Brasil.

Referimos, em especial, aos conglomerados mais emblemáticos da economia capixaba, nos setores mais profundamente ligados à infraestrutura para a exportação de *commodities*: mineração, siderurgia e celulose. Em primeiro lugar, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje divulgada como *Vale*, atualmente uma empresa privada e associada ao grupo BHP Billiton, que juntos detêm cerca de 30% do mercado de minério de ferro no mundo através de um gigantesco complexo mina-  
-estrada de ferro-mineroduto-  
-unidades industriais-portos.

Em segundo, a Aracruz Celulose S/A, atualmente sob o nome Fibria, que pertence ao grupo empresarial Votorantim e detém cerca de 23% do mercado mundial de celulose branqueada, produzida a partir da polpa da árvore australiana eucalipto, cuja produção é vendida no hemisfério norte. Seu plantio





<sup>6</sup> Informação disponível em <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/07/mercado-do-eucalipto-esta-em-alta-e-melhora-renda-de-produtores-do-es.html>>. Acesso em 14 de setembro de 2017.

ocupa 250 mil hectares só no território capixaba<sup>6</sup> e sua estrutura industrial implica no controle do tráfego de rodovias públicas – por onde circulam seus imensos caminhões –, de um berço portuário em Caravelas, de duas fábricas e de um porto próprio em Barra

do Riacho/Aracruz – o único porto especializado em embarque de celulose no mundo. Ou seja, sua zona de influência direta atinge mais de 1/3 do território capixaba e parte da Bahia e de Minas Gerais, além dos “domínios” no mar.



Nessa mesma modalidade de complexo-industrial está o grupo ArcelorMittal Tubarão, a privatizada Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), e hoje pertencente aos conglomerados Arcelor (francês) e Mittal (indiano), numa junção de gigantes mundiais na produção de aço bruto e laminados para o consumo da indústria do mundo. Nesse caso, parte de sua linha de produção dá-se pelo uso da estrutura da CVRD, da qual transfere a matéria-prima para processamento, de onde o aço sai diretamente para o seu porto de Praia Mole. É o maior produtor de aço bruto do mundo!<sup>7</sup>

E o que esses três conglomerados industriais têm em comum? Simplesmente o fato de terem sua *arquitetura* concebida como a de um polvo (HONORATO, 2014), com seus múltiplos tentáculos sobre a sociedade e sobre o Estado: detêm ao mesmo tempo a concessão pública de exploração de mina/extensão de terras, de estrada/estrada de ferro e de porto integrado à unidade fabril. Por terem sido criadas em épocas em que elas próprias encar-

navam a estratégica de fortalecimento do Estado e da soberania nacional, cresceram acalentadas pelo ideário político autoritário e pela ausência de participação social e de atenção às demandas locais/ambientais (SIQUEIRA, 2010).

<sup>7</sup> Informação disponível em <<http://tubarao.arcelormittal.com/quem-somos/arcelormittal/index.asp>>. Acesso em 14 de setembro de 2017.



Fossem implantadas hoje, talvez sua escolha locacional – na entrada da baía de Vitória e na direção dos ventos predominantes sobre a cidade – não seria sequer cogitada.



Não se trata aqui de historicizar a implantação dessas empresas, posto que o tema já é amplamente dominado. Nosso objetivo é mostrar como a concepção de sua formulação – datada de meados do século passado – permanece inalterada no Espírito Santo, ainda que de forma disfarçada sob o duplo verniz da democratização do país e do discurso da sustentabilidade socioambiental. Nesse caso, a nossa análise se desdobra sobre dois conceitos relacionados aos efeitos nocivos dessa arquitetura produtiva: os *danos*, isto é, os impactos negativos causados aos ecossistemas e serviços ambientais, bem como à sociedade, sua economia e cultura; e as perdas, ou efeitos irreversíveis causados à estrutura social, econômica, cultural e ambiental, os quais inviabilizam a compensação dos prejuízos eventualmente causados, a exemplo da extinção de espécies ou de grupos étnicos.

Como é amplamente sabido, toda a concentração industrial do Espírito Santo que se deu nas últimas seis décadas ficou circunscrita a um raio de 100 km a partir do marco zero do Centro de Vitória. Nessa região, já nos anos 1940, o antigo rio do Espírito Santo – toponímia atribuída ao canal do estuário do rio Santa Maria da Vitória até o mar

Atlântico e que confere ao território de Vitória a característica de ilha –, teve concluído o seu estreitamento entre aterros e docas, de um lado para abrigar o porto comercial; de outro, para receber os vagões de minério de ferro da CVRD (criada em 1942), cujo contrato inicial do esforço de guerra com os EUA era atingir o fornecimento de 750.000 toneladas/ano deste mineral até 1952. Atendida a meta, estava consagrada uma alternativa para livrar o Brasil e o Espírito Santo da dependência do café, o que provocaria profundas modificações na estrutura agrária e nas relações sociais no Espírito Santo (RIBEIRO, 2012: 63).

Primeiro, porque o abandono do governo federal da velha política de valorização do café desintegrou a estrutura produtiva familiar de antigos núcleos agrícolas de imigrantes, à medida que, através do Plano de Erradicação dos Cafezais (déc. 1960), forçou o abandono do campo das famílias de pequenos proprietários e disponibilizou suas terras. Em última instância, tais terras produtivas seriam concentradas por grandes fazendeiros que as destinariam a pastagens, enquanto novos cafezais seriam plantados em áreas nativas da floresta Atlântica (SIQUEIRA, 2010).

Oportunisticamente, a Estrada de Ferro Vitória–Minas — construída em concessão do início do século XX e incorporada pelo governo federal à CVRD, no processo de sua criação —, ampliava as oportunidades logísticas de exportação primária, abastecendo de matéria-prima a indústria siderúrgica dos países aliados. Do ponto de vista ambiental, porém, o problema inicial consistiu na escolha do traçado da estrada-de-ferro, que foi construída na margem sul do rio Doce. Em poucas décadas a nova geração de filhos dos imigrantes e de posseiros que para a região se deslocaram ocasionou a gradual devastação das florestas para o estabelecimento de fazendas e vilas servidas pelas estações de

paragem da Vitória–Minas. Mesmo com a crise do pós-guerra, ainda na década de 1950, Colatina se tornará o maior município produtor de café do Brasil, atingindo 500 mil sacas anuais (RIBEIRO, 2013: 114).

Assim, nas décadas de 1950 e 1960, enquanto para o interior era a



bacia hidrográfica do rio Doce, em sua vertente atlântica, transformada em cafezais e pastagens, na região do porto de Vitória a estrutura da CVRD era expandida até a Ponta do Tubarão. Neste local o governo federal autorizara a empresa a construir o Porto de Tubarão e, paulatinamente, várias usinas de *peletização* em consórcio com parceiros internacionais (SIQUEIRA, 2010).

De novo, a construção do porto de Tubarão e dessas usinas, por sua magnitude e não-observância de parâmetros como proximidade da cidade, dinâmica das correntes marítimas, velocidade e direção dos ventos predominantes e impactos da intervenção sobre os depósitos sedimentares marinhos, alterou profundamente a feição da linha de costa desde a enseada de Camburi e, ao mesmo tempo em que crescia a população das camadas médias da cidade nessa parte da ilha, o território urbano fundia-se com a zona de operação do complexo industrial-portuário, sendo por ele *re-territorializado*<sup>8</sup> e eivado por partículas poluentes. E o curioso é que eram tempos em que as camadas médias da população de Vitória, em maior ou menor grau de envolvimento com a economia cafeeira ou com as operações da Vale, consideravam as intervenções nas paisagens e a poluição como parte do cenário *moderno* de Vitória.

<sup>8</sup> O conceito é de Haesbaert (2010) para expressar a ressignificação do espaço geográfico, segundo novas visões de mundo e novos interesses, a partir dos quais se destrói, se reconstrói ou se transforma esse espaço, atribuindo-lhe outras funções e valores.

Posteriormente, a população migrante atraída pela Companhia Siderúrgica de Tubarão, estabelecida nesta mesma região no início da década de 1980, e principalmente aquela que ingressaria diretamente na empresa, teria sua identidade construída não a partir de referenciais identificados com o território espírito-santense ou com o que se convencionou chamar “cultura capixaba”, mas sob um viés empresarial repassado aos funcionários e familiares da CST. Portanto, olhando por sobre a população da cidade, para esse contingente de empregados da CST, a paisagem *industrial* da mineração e a poluição do ar eram parte de seu novo *ethos*.





Na continuidade do processo de conformação da ilha ao aproveitamento urbano-industrial até o final dos anos 80, a orla urbana do centro-norte da ilha de Vitória — desde a Vila Rubim até o porto de Praia Mole — seria retificada com a construção de uma parede de contenção do mar e dos *píers* que retificariam a linha de costa. Nos novos terrenos sobre os aterros à beira-mar seriam edificadas os bairros de classe média alta, a principal praia e as plantas industriais minero-siderúrgicas do Espírito Santo. O mesmo ocorreria na porção continental do outro lado do canal, em Vila Velha, agora ampliada para estrutura portuária do corredor de exportação brasileiro (granéis sólidos) e para a diversificação do comércio exterior do Brasil, iniciado com a construção do cais de Capuaba e diversificado após a concessão dos berços portuários possibilitada pela Lei 8630/93, conhecida como Lei de Modernização dos Portos de 1993 (RIBEIRO, 2008).

Portanto, entre as perdas e danos socioambientais desse intenso processo de ocupação urbana, a partir da Grande Vitória em direção ao interior, podemos enumerar uma irreparável perda da parte mais exuberante da floresta Atlântica que compunha a bacia hidrográfica do rio Doce, desde o século XIX pensada como alternativa de integração portuária de Vitória com a região mineira pelos governadores da antiga capitania do Espírito Santo – Silva Pontes, Manuel

de Albuquerque Tovar e Francisco Rubim.

Também se pode citar a perda da biodiversidade marinha, desde os peixes-boi marinhos ainda existentes no século XIX até as baleias que chegavam ao cais do porto no início do século XX, passando pelos impactos dos aterros dos manguezais e ilhas costeiras que compunham o cenário natural de Vitória. Aí se deve incluir, sob o ponto de vista do interesse geral da sociedade, o desperdício da oportunidade de planejar o crescimento da cidade, seus bairros populares e suas principais artérias de circulação, evitando-se a ocupação dos morros e áreas alagadas onde, em menos de três décadas, instalou-se a população excedente desse intenso processo econômico autoritário. Afinal, desde o governo de Muniz Freire que o Espírito Santo conhecia – com o engenheiro sanitário Saturnino de Brito – as vantagens do planejamento urbano. Nos anos 1950, no governo de Jones dos Santos Neves, a experiência da construção do bairro popular do IBES, em Vila Vela, já demonstrava o acerto dessa iniciativa que, contudo, não teve continuidade (SILVA, 2015).

Também significativa foi a perda de oportunidade dos trabalhadores e trabalhadoras capixabas ocuparem os cargos técnicos e dirigentes da CST no início da década de 1980, já que a importação de profissionais qualificados de outros estados brasileiros não somente lhes alijou das vantagens advindas do crescimento econômico local como também destinou áreas infraestruturadas dos bairros de Jardim da Penha e Jardim Camburi e arredores para moradia desses trabalhadores migrantes – sobretudo dos quadros técnicos oriundos da Acesita, da Açominas e da Usiminas trazidos pela empresa.

Já os trabalhadores temporários menos qualificados, igualmente trazidos de fora, foram alojados pela então CST no espaço destinado



às empresas contratadas, em áreas periféricas do município da Serra, o que implicou na ampliação das zonas de periferia e do circuito da pobreza e da ocupação urbana irregular, modelo que foi replicado para áreas mais longínquas dos municípios de Cariacica, Viana e Vila Velha. Por fim, consideramos também importante ressaltar o desperdício de oportunidades advindas da subutilização da ferrovia Vitória–Minas (os trens voltavam vazios para Minas) e perda da oportunidade de diversificação como alternativa vantajosa para a economia capixaba.

Ao final, todas as decisões tomadas a partir de referenciais externos ao Espírito Santo acabaram por alijar também a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) da ponta do processo de modernização do estado, quando ela poderia ter desempenhado papel determinante nas suas formulações pluridimensionais e interdisciplinares de planejamento e contribuição técnica, alçando, dessa maneira, melhor grau de aprimoramento de seus centros de estudos.

Feitas as considerações sobre a implantação das áreas industrial-portuárias da CVRD e CST na região da Grande Vitória, cabe também apontar para a implantação do complexo-industrial de celulose, ocorrida a partir dos anos 1960. Nesse período, o empresário sueco Erling Lorentzen articulava-se com grupos do alto comando militar e político do país por meio do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IFES), num movimento que mergulharia o país numa ditadura cívico-militar (DREIFUSS, 1981). Esse empresário deu apoio ao golpe de Estado, depois obteve a concessão de área portuária e incentivos fiscais para a construção do porto e da unidade industrial de celulose em terras do município de Aracruz, onde havia tradicional presença de grupos indígenas Tupiniquim

desde os antigos assentamentos jesuíticos do século XVI. Desde a formação da Aldeia do Campo e da Aldeia Nova (atual Nova Almeida) que a ocupação da sesmaria doada por Francisco de Aguiar Coutinho aos índios em 1610 se estendia para as bacias do Piraguê-açu e rio Reis Magos, permanecendo até então parcamente ocupada por esses grupos, embora sem necessidade de títulos de propriedade oficial das terras.

Outras terras mais ao norte, junto às bacias dos rios Riacho, Doce e São Mateus, foram adquiridas ou ocupadas em sua maior parte por representantes da empresa nos anos 1960–1970, em detrimento de famílias remanescentes de comunidades quilombolas e de pequenos posseiros. Essas áreas até hoje servem ao plantio extensivo de eucaliptos, espécie cuja adaptação à região foi favorecida pela disponibilidade de água e de tecnologia de manipulação genética, embora as comunidades quilombolas ali resistam na defesa dos seus territórios.

Nos anos posteriores, a empresa adquiriu novas terras ou utilizou terras particulares através de um mecanismo de fomento ao plantio de eucaliptos que se expandiu por imensas áreas antes ocupadas por florestas nativas ou em recomposição, em substituição de pastagens e antigas culturas, ou mesmo em áreas já degradadas por uso intensivo, comprometendo topos de morros, cabeceiras de rios ou mesmo a vegetação ciliar e de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Tudo isso agravou sobremaneira as *perdas* e *danos* de ordem ambiental e sociocultural, tanto quanto a concentração urbana nas zonas empobrecidas. Duas décadas depois a empresa ampliou o plantio também para a região sul da Bahia. Hoje, numa estratégia de construir uma nova imagem no mercado internacional, a Aracruz Celulose mudou o nome para FIBRIA e já construiu a quarta fábrica

junto à planta original e ampliou o porto de embarque de Barra do Riacho (Portocel).

Nessa localidade, na foz do rio Riacho, antes ocupada por comunidades tradicionais de pescadores artesanais, e em áreas adjacentes do município de Aracruz, os trabalhadores pouco qualificados, atraídos para a construção das fábricas de celulose, do porto e de indústrias de sua cadeia produtiva, permaneceram na região ocupando áreas de moradia sem qualquer infraestrutura de saneamento, saúde, segurança, educação. O ônus recaiu novamente sobre o poder público, cuja municipalidade não se antecipou em apresentar soluções nem correspondeu à resolução dos problemas gerados, haja vista que os benefícios do prometido aumento da receita pública nunca corresponderam às necessidades reais da população nem houve real interesse na utilização dos recursos apurados na resolução dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela indústria de celulose.

Para beneficiar ainda mais essa indústria, em 1999 o governo do Estado autorizou a Aracruz Celulose a fazer a transposição de águas do rio Doce no município de Linhares para o rio Comboios, através da construção do Canal Caboclo Bernardo, para suprimento de água do seu processo industrial, comprometendo as bacias dos rios Sahy, Guaxindiba e Comboios, no município de Aracruz, e reduzindo a biodiversidade de que se serviam as aldeias indígenas e comunidades pesqueiras locais. Ou seja, enquanto as comunidades atingidas não recebiam saneamento, a grande empresa local poluía com a água suja do rio Doce os principais rios da região para seu interesse exclusivo, sem compensação equivalente às comunidades prejudicadas.

No ambiente marinho, os resíduos líquidos das fábricas de celulose ainda são lançados por emissário submarino a 1500 metros da

praia, formando uma grande mancha clara no mar. Relatos orais dão conta que um pescador cumpria jornada de 6 horas no mar chegando a capturar 100 quilos de peixes num dia, utilizando-se de iscas e petrechos artesanais. Segundo os mesmos relatos, hoje uma boa pescaria na mesma jornada não alcança 20 quilos e os tamanhos das espécies capturadas é cada vez menor. Ou seja, embora os estudos e relatórios apresentados afirmem o contrário, está evidente que a implantação do complexo de celulose na região implicou em danos socioculturais, econômicos e ambientais de grande envergadura.

De modo semelhante e concomitante à ilha de Vitória, a parte norte da costa capixaba também foi incorporada aos interesses de grupos empresariais e do Estado autoritário, servindo-lhes de área de manobra de operações portuárias e industriais, num processo induzido de investimentos maciços – sobretudo públicos – em infraestrutura logística industrial-portuária, enquanto o campo se esvaziava e a cidade sofria e sofre ainda um brutal processo de ocupação humana (SIQUEIRA, 2010), sendo que o metro quadrado urbano cada vez mais se transmuta em mercadoria pouco acessível no milionário mercado imobiliário. Não é por acaso que assistimos hoje à explosão da violência nos bairros surgidos dos lixões, dos acentuados desníveis de renda, do crescimento dos muros que dividem a população capixaba pelo nível do consumo e pela privação de bens e direitos essenciais à vida.

Hoje os problemas da falta de planejamento de políticas integradas para o incremento industrial se agravam ainda mais, num cenário em que empresas estatais antes dirigidas por Brasília foram privatizadas e o mando autoritário foi substituído pelo mando financeiro, através de boas consultorias jurídicas e de outros artifícios generalizados. Basta ver como o controle do setor empresarial sobre o

governo e sobre a sociedade civil por meio do Conselho Estadual do Meio Ambiente tem, sucessivamente, reduzido a quase zero as multas por danos ambientais das grandes empresas.

Na verdade, a função da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, do CONSEMA e dos Conrema (Conselhos Regionais de Meio Ambiente) e do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no que diz respeito às análises de licenciamento ambiental de grandes projetos, tem sido mais de defensor do arranque econômico e legitimador de processos de impacto ambiental e aprofundamento da degradação das condições de vida das populações empobrecidas do que, propriamente, de construir o caminho da tão propalada sustentabilidade socioambiental.

Basta dizer que os Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e outros estudos menos aprofundados pouco incorporaram a dimensão histórica e cultural das populações atingidas. Até então, das análises produzidas por empresas de consultoria, participavam somente profissionais das ciências naturais e economistas. As poucas exceções de profissionais de Ciências Humanas se restringiam a geógrafos e cientistas sociais que se limitavam à coleta e interpretação de dados socioeconômicos oficiais disponíveis.

Já as análises dos meios biótico e físico, via de regra, também se restringiam a consultas bibliográficas, com pouca atenção aos impactos negativos sobre espécies e populações humanas atingidas e com nenhuma proposição para sustar a destruturação das formas tradicionais de subsistência humana, o que implicaria em elevação dos custos de implantação dos empreendimentos e até mesmo na constatação técnica de sua inviabilidade ambiental, o que, obviamente, nunca ocorreu.

Em geral, pode-se observar nesses estudos uma monótona repetição de dados no licenciamento de cada empreendimento. Outro problema é que cada um deles é ainda hoje tratado como se fosse o único grande empreendimento da região, como se um novo empreendimento não viesse a somar impactos negativos – e, porque não dizer, positivos também – com os impactos dos empreendimentos já implantados. A mudança desse procedimento implicaria num EIA/RIMA cumulativo, somando os impactos conjugados numa determinada região, o que não é bem visto pelos acionistas porque revelaria o acúmulo de problemas provocados e condicionantes não cumpridas, além da omissão dos órgãos de controle.



O que também não se expõe é a necessidade de revisão periódica dos licenciamentos como o das unidades de Tubarão e da revisão

dos impactos do plantio dos eucaliptais sobre a produtividade das terras e rios no Espírito Santo e vizinhanças. Seria absurdo pensar nisso? Ora, os bombeiros não revisam periodicamente os edifícios e as instalações industriais? Por que as Licenças de Instalação de grandes empreendimentos não são passíveis de revisão e até mesmo de cassação quando se verificam os descumprimentos técnicos e ilegalidades? Certamente, uma medida dessas seriamente implementada teria evitado o derrame de lama e metais pesados da mineradora Samarco no rio Doce, ocorrido em 2015, num claro exemplo de negligência da empresa (Vale–BHP Billiton) pela prevenção de danos e perdas ambientais em cumprimento da legislação.

Outra forma de desvio da atenção da sociedade para a gravidade dos problemas dos projetos industriais é aquela imposta pelos maiores jornais do estado. Tão logo ocorre a apresentação de algum projeto de grande empreendimento aos governantes locais, a notícia já aparece estampada nas primeiras páginas indicando a locação, o prazo para o início da operação, o volume de produção, as receitas previstas e o número de empregos que supostamente seriam criados na construção e na operação de tal investimento. Os aspectos negativos do empreendimento, porém, só serão apontados na análise dos estudos durante o processo de licenciamento ambiental, que não vem a público.

Assim, a mídia não informa corretamente sobre os riscos dos projetos e a sociedade toma a criação do empreendimento como fato consumado, de modo que o processo de análise do licenciamento ambiental assume caráter político. Muitas vezes ocorre até mesmo migração de trabalhadores e especulação imobiliária na suposta área do projeto – como ocorreu em relação à prometida Siderúrgica de Ubu, em Anchieta, da Samarco –, muito antes da análise,

aceitação ou rejeição da licença e proposição de condicionantes ambientais. Outras vezes, os tempos de análise dos processos de licenciamento são criticados como mera burocracia, incompetência e má vontade dos órgãos ambientais. Pode-se dizer que enfrentamos um grave problema também no campo da ética do jornalismo.

Realmente, sobretudo com a eleição de Lula e o início do seu governo em 2003, ocorreu um recrudescimento preventivo das entidades empresariais no sentido de se contraporem às demandas ambientais e sociais sobre o novo governo. Da mesma forma, no cenário político local, as maiores empresas atuantes no E. Santo criaram a “ONG” Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. A expectativa de mudanças na política ambiental do governo petista, porém, não aconteceu. Ao contrário, o que vimos foi uma luta intensa dos movimentos sociais ambientais contra o “núcleo duro” do governo Lula, e o próprio presidente passou a criticar os licenciamentos do Ibama, enquanto as licitações de exploração de petróleo e gás natural no mar seguiam a toque de caixa.

Como resultado, temos hoje no Espírito Santo uma espécie de poder empresarial organizado, vinculado por diversos canais de influência ao poder público, que por ação estratégica organizada das maiores empresas e do seu corpo técnico, consegue realizar o planejamento que será adotado pelo governo do Estado e pelas prefeituras das maiores cidades, como ocorreu com o festejado *Plano ES 2025* – na verdade, um modelo de dependência econômica do Espírito Santo aos investimentos diretos e/ou acordos das empresas estatais com conglomerados estrangeiros que já estava colocado, *grosso modo*, desde a administração Cristiano Dias Lopes Filho – o primeiro governador da ditadura militar no estado (RIBEIRO, 2016).



<sup>9</sup> Disponível em <[http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/downloads/plano\\_es\\_2030/index.php](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/downloads/plano_es_2030/index.php)>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

Quando olhamos bem o *Plano ES 2025* – agora “atualizado” pelo *Plano ES 2030*<sup>9</sup> – verificamos que a resolução dos problemas da sociedade resume-se à capacitação para o trabalho e à oferta de empregos de baixa qua-

lificação e remuneração. Por sua vez, os evidentes impactos ambientais e a carência indigente da população são vistos como “externalidades” a serem resolvidas com vagas de emprego e com projetos de responsabilidade social pontuais.



Por fim, a sociedade civil e o meio ambiente no Espírito Santo terão ainda de lidar com futuras *perdas e danos* para garantir a rentabilidade de novos grandes projetos que estão em fase de implantação ou planejamento/licenciamento. Aqui falamos da intervenção no mínimo questionável da Petrobrás, que primeiro se instalou no mar capixaba com plataformas, sondas e tubos para retirar e gás e

petróleo, e toda estrutura portuária e de terra. Longe de reconhecer os impactos que causa – a não ser os positivos (empregos e circulação monetária na base das economias locais), a empresa utiliza o poder que detém pela distribuição de *royalties* para influenciar os prefeitos e as câmaras municipais e gerar uma hierarquia entre os municípios litorâneos aquinhoados com hidrocarbonetos, sem considerar que os impactos geram carências que não respeitam limites administrativos entre as cidades.

Na mesma lista, aprofundando ainda mais o mergulho na superada indústria do carbono, na região sul capixaba há empreendimentos portuários previstos que, se implantados, expandirão o raio industrial de 100 km para mais de 200 km, a partir de Vitória, e lançarão seus “tentáculos” – minas/fábricas/portos – para os limites do território do ES, agravando o comprometimento da biodiversidade costeira e marinha, dos recursos hídricos, do turismo, da pesca, além do perigo de desestruturação de cidades costeiras, dos pescadores tradicionais, das comunidades quilombolas e indígenas. Podemos assim dizer que tudo isso concorrerá para aprofundar a perda de identidade e “desterritorialização” da população capixaba como um todo, impondo aos grupos sociais o mesmo processo observado com a homogeneização da paisagem urbano-industrial local: uma espécie de homogeneidade social e cultural.

Decerto que tais investimentos aumentam o PIB do estado. Mas, que garantias terá a população de que gozará dos benefícios? Para ficar em apenas um exemplo, no município de Anchieta os antigos moradores que habitavam de aluguel deixaram a cidade porque o simples anúncio da construção da siderúrgica ali fez com que os preços dos aluguéis dobrassem, junto com todo o custo de vida na cidade.

Cabe então perguntar, com a cisma do passado: além dos empregos de baixa qualificação previstos, que benefícios podem a população e a geração futura esperar?

No norte capixaba não é diferente! Ali se instalou o Estaleiro Jurong, de Cingapura, para construir para a Petrobrás navios-sonda de petróleo com selo de qualidade brasileira. Recusado na análise do licenciamento pelos técnicos do IEMA e pelo CONSEMA, devido às evidências de inadequação locacional para um projeto de tamanha magnitude em área destinada à conservação ambiental, o então governador Paulo Hartung não se fez de rogado e logo fez toda a pressão por aprovar o estaleiro com folgada maioria no conselho regional.

Por fim, só nos resta concluir que o maior problema do Espírito Santo na atualidade é o obstáculo da qualidade de sua representação político-partidária, a ineficácia de sua atuação e o atrelamento dos mandatos dos políticos às poucas empresas que dominam o cenário econômico e político, as instituições públicas e a imprensa. Essa é a dificuldade que mais entrava o desenvolvimento estadual e, conseqüentemente, submete sua população a privações de toda a sorte e o meio ambiente ao extermínio das espécies e à exaustão dos recursos. Em sucessivos mandatos, poucos governadores ou deputados federais apresentaram alguma formulação ou articulação de interesse popular. Poucos são os que primam sua atuação pelos reais problemas do Espírito Santo. Ao invés disso, propagandeiam orgulhosos o crescimento das exportações capixabas e o faturamento bruto das empresas, como se isso, por si só, fosse bom para todo o Espírito Santo.

Quantos ministros, quantos líderes de bancada, quando líderes políticos em nível nacional produziu nosso estado nos últimos 20 anos? Conseqüentemente, os políticos capixabas, com honrosas

exceções, não se envergonham de transformar seus mandatos em balcões de lobbies empresariais.

Por isso a miséria e a destruição ambiental grassam no Espírito Santo. Exceto nos governos de Vitor Buaiz na Prefeitura de Vitória e de Max Mauro no Estado, na década de 1990, poluir e burlar a legislação ambiental era coisa banal. Via de regra, o que vimos foi uma ausência de gestões de governo que tratassem o meio ambiente e os recursos naturais de forma republicana, como coisa pública de que a população, incluídas as etnias tradicionais, é usuária e beneficiária por direito inalienável.

Não fosse assim, já poderia ter sido proposto o debate de uma legislação que convergisse parte do imenso lucro das grandes empresas impactantes do meio ambiente ao financiamento de parcerias locais e à mitigação das perdas e danos que tradicionalmente vêm causando no Espírito Santo. Se a cada balanço anual, a CVRD, a Fibria, a Arcelor-Mittal, a Petrobrás, Samarco, Jurong e tantas outras tivessem de investir apenas algo como 5% do seu lucro líquido no passivo ambiental e sociocultural que criaram ao longo do tempo no Espírito Santo, isso significaria a inversão de capitais que, aplicados justamente em recuperação de bacias hidrográficas, da cobertura vegetal, dos solos, na reintrodução de espécies nativas – animais e vegetais –, na infraestrutura econômica voltada para a diversificação das cadeias produtivas e intensivas de mão de obra no campo, na pesca e nas cidades – através de cooperativas e em projetos da economia solidária –, e também no financiamento do saneamento urbano, moradia, saúde e educação, bem mais cedo do que imaginamos financiaríamos nosso próprio desenvolvimento e poderíamos alcançar níveis de renda de países desenvolvidos, com os recursos

advindos das próprias empresas que abrigamos e dos serviços que a natureza lhes presta no E. Santo. Para tanto, não teríamos de buscar dinheiro de fora e não teríamos de depender exclusivamente do Banco Mundial, do BNDES nem do mercado financeiro. E para nada disso precisaríamos de tecnologias sofisticadas e caras ou de longo alcance. Ao contrário, a Ufes e os Ifes, as próprias empresas e o conhecimento popular têm plenas condições de liderar o processo inovador e de produzir métodos e tecnologias aplicáveis à realidade.

Dito assim, pela primeira vez, pode parecer utópico ao estágio do capitalismo praticado no Espírito Santo. Alguém poderia dizer que as empresas fugiriam daqui. Ora, elas já estão aqui há décadas e já têm muito a consertar em contrapartida aos grandes lucros que tiveram. Então, o problema é político e de Justiça, não é econômico! Porém, precisamos trabalhar duro por essa alternativa. Por mais que os acionistas não queiram dividir seus lucros, os recursos naturais públicos de que se servem devem ser melhor pagos à população. Para que isso aconteça será necessário fazer mudanças na Constituição Federal e na legislação ordinária, a fim de coibir a acumulação desenfreada e irresponsável.

Ao finalizar, julgamos ser preciso enfatizar que, mais do que nunca, é preciso livrar a sociedade dos políticos e partidos ineficazes e corruptos, das empresas manipuladoras dos interesses sociais e de empresários e agentes públicos inescrupulosos! A maior luta capixaba é uma dura luta política, por mais que muitos digam não!

## Referências:

DREIFUSS, Richard. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888–1914)*. São Paulo: Prismas, 2014.

RIBEIRO, Diones Augusto. *O Elo Perdido: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – CODEC (1950–1980)*. Vitória: UFES, 2016. 302 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896–1968*. Vitória, EDUFES, 2013.

\_\_\_\_\_. *A serventia da casa. A Alfândega do Porto de Vitória e os rumos do Espírito Santo*. Vitória: Sindiex, 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. *Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória 1950–1980*. Vitória: Grafitusa, 2010.

SILVA, Igor Vitorino da. *A modernização do Espírito Santo e a habitação popular nos anos 1950: a formação de um conjunto habitacional*. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; QUINTÃO, Leandro do Carmo; FOLLADOR, Kellen Jacobsen; FERREIRA, Gilton Luis (orgs.). *Modernidade e Modernização no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 2015 pp. 127–156.



## Sobre os autores



### Luiz Cláudio M. Ribeiro

Nasceu em Vila Velha-ES, em 1960. É Professor Associado III do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (CCHN/UFES), Brasil; professor do Programa de Pós-Graduação em História (CCHN/UFES). Realizou pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) em 2015-2016; licenciou-se em 1991 e é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2003); é mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1995). É investigador do projeto Global South, Ports and Economic and Social Development (1850-2010), financiado pelo Ministério da Economia e Competitividade da Espanha para 2016-2019 (HAR2015-64044-R); investigador da Rede de Pesquisa “La Gobernanza de Los Puertos Atlánticos, siglos XIV-XXI”; investigador-membro da equipe do Brasil na rede de pesquisa CoopMar: Transoceanic Cooperation. Public Policies and Iberoamerican Sociocultural Community (<https://coopmarcooperation.wordpress.com/>); líder do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES “Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas” (LACES-UFES – [www.laces.ufes.br](http://www.laces.ufes.br)). Atuando na sociedade civil é presidente da Associação Amigos do Piraquê-açu (AMIP-Santa Cruz); sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES); membro da Comissão Espírito-santense de Folclore. Nos últimos anos pesquisou

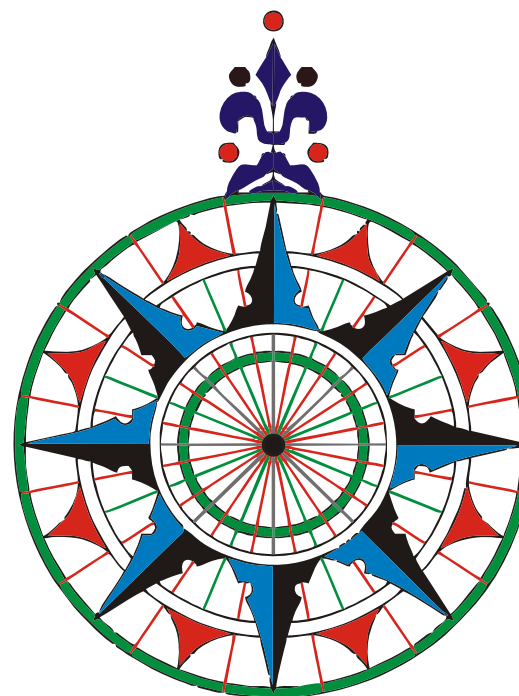
e publicou com ênfase em História do Brasil e História do Espírito Santo, principalmente nos seguintes temas: história da Alfândega e fiscalidade no Brasil; formação do Estado, navegação e comércio no Espírito Santo colonial; história dos portos brasileiros; Invenções e patentes no século XIX; Políticas de crescimento econômico, industrialização & meio ambiente no Estado do Espírito Santo no séc. XX.

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0121217094224348>

## Alyne dos Santos Gonçalves

Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atualmente é doutoranda no Programa de Pós Graduação em História, atuando principalmente nas áreas de História Ambiental, História da Ciência e História Regional. É pesquisadora do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES), do PPGHIS-UFES. Foi professora do curso de graduação em Direito da Universidade Vila Velha (UVV), nas disciplinas História do Direito, Filosofia Geral e Ciências Políticas (2004-2007). É co-autora do livro “Catálogo do Acervo Textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica - Museu de Biologia Prof. Mello Leitão” (2015).

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9015445560354784>



· L A C E S ·

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA REGIONAL DO  
ESPÍRITO SANTO E CONEXÕES ATLÂNTICAS